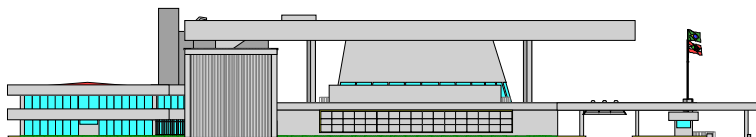


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXI

FLORIANÓPOLIS, 25 DE ABRIL DE 2012

NÚMERO 6.406

MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4ª SECRETÁRIA

LIDERANÇA DO GOVERNO
Edison Andrino

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Silvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente
Adilor Guglielmi - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Serafim Venzon
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Sivio Dreveck
Edison Andrino

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Valmir Comin - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Angela Albino
Jean Kuhlmann
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Aldo Schneider
Manoel Mota

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**

Manoel Mota - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Elizeu Mattos - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Altair Guidi
Jorge Teixeira
Angela Albino
Manoel Mota
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE DEFESA DOS
DIREITOS DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA**

José Nei Alberton Ascari - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Dado Cherem
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Angela Albino

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Gilmar Knaesel
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Gilmar Knaesel - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Marcos Vieira
Maurício Eskudlark
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

**COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA,
TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA**

José Milton Scheffer - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**

Neodi Saretta - Presidente
Altair Guidi - Vice-Presidente
Gilmar Knaesel
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Dieter Janssen
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Luciane Carminatti - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Dirce Heiderscheidt
Dado Cherem
Angela Albino
Silvio Dreveck
Romildo Titon

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E DESPORTO**

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Dieter Janssen
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Angela Albino - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Serafim Venzon
Valmir Comin
Dieter Janssen
Sargento Amauri Soares
Mauro de Nadal

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Manoel Mota
Dirceu Dresch
Angela Albino
Maurício Eskudlark
Dado Cherem

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p style="text-align: center;">DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p style="text-align: center;">EXPEDIENTE</p> <hr/> <div style="text-align: center;">  </div> <p style="text-align: center;">Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p style="text-align: center;">IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXI NESTA EDIÇÃO: 24 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p style="text-align: center;">ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 036ª Sessão Ordinária realizada em 18/04/2012.....2</p> <p>Atos da Mesa Ato da Mesa DL 14 Atos da Mesa 14</p> <p>Publicações Diversas Extratos 17 Mensagem Governamental 17 Ofícios 18 Portarias 19 Projetos de Lei 21 Projeto de Lei Complementar 24</p>
---	--	--

P L E N Á R I O

ATA DA 036ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2012

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dieter Janssen - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Registra a presença de comitiva de Peritiba e de Passos Maia.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Registra a presença de lideranças de Itapema.

Breves Comunicações

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Registra a realização da VI Reunião da Executiva da Unale; aborda a Resolução n. 72, do governo federal.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Cumprimenta os agricultores familiares de Tigrinhos; aborda os problemas enfrentados pela agricultura familiar.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Comenta os problemas vividos pela Segurança Pública com

relação ao leilão de sucatas; refere-se à violência que está vivendo o município de Blumenau.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (aparte) - Comenta o momento difícil por que passa a segurança pública.

Partidos Políticos

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Aborda dois projetos, de sua autoria, tratando da instalação de presídios em área residencial e vice-versa e da armazenagem de água para o período de estiagem.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Refere-se à resolução do governo federal com relação à política do ICMS dos estados.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Aborda a resolução do governo federal sobre o ICMS dos estados.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Reporta-se aos prejuízos que o estado terá com a resolução do governo federal.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Registra a presença do ex-deputado Décio Góes; aborda as perdas do estado com a resolução do governo federal; registra investimentos do governo federal no estado.

DEPUTADO JAILSON LIMA (aparte) - Refere-se aos investimentos federais no estado.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Comenta a necessidade de uma reforma tributária e fiscal.

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Registra que a Resolução n. 72 é resultado de medidas do governo estadual anterior; comenta a possível greve dos professores.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Tece comentários acerca da Resolução n. 72; anuncia a compra de duas fábricas no México pela Fundação Tupy de Joinville; registra a passagem dos 65 anos da Maternidade Darci Vargas, de Joinville.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (aparte) - Aborda a aquisição de duas indústrias pela Fundação Tupy, no México.

Ordem do Dia

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (pela ordem) - Cumprimenta os agricultores familiares e os trabalhadores mobilizados em manifestação na capital; cumprimenta a representante da Fetraf.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (pela ordem) - Registra a presença de vereadores de Planalto Alegre; cumprimenta a representante da Fetraf.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Cumprimenta a representante da Fetraf; aborda o problema da estiagem no oeste e na agroindústria familiar.

Explicação Pessoal

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Comenta o problema da estiagem no oeste e as condições dos agricultores familiares; registra a

passagem do Dia do Índio; aborda a greve dos professores.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Registra a formatura de 331 soldados da Polícia Militar; aborda os problemas na área da Saúde em nosso estado; reporta-se ao leilão das sucatas na Segurança Pública.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Aborda a realização de audiência pública sobre recursos destinados à melhoria das rodovias, à implementação da fibra ótica e a recursos para a Defesa Civil; refere-se ao problema dos bitrens com a proibição de sua circulação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Quero cumprimentar e desejar as boas-vindas ao prefeito de Peritiba, Tarcisio Bervian, à vice-prefeita Neusa Manasquini, ao secretário de Administração, Valmor Bacca, ao prefeito de Passos Maia, Osmar Tozzo, e sua esposa Vania Tozzo, ao secretário de Administração Ademir Pasquali, aos vereadores Jucir Luiz Sutil, João Maria Padilha e à vereadora Áurea dos Santos.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, quero fazer o registro da presença na Casa do empresário, nosso pré-candidato a vereador pelo PSD de Itapema, Elienay. Ele está acompanhado pela nossa pré-candidata à prefeita, vereadora Nilza Simas Ribeira. Eles estão visitando a Casa, e quero desejar-lhes boas-vindas.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, no final de semana participei, juntamente com o deputado Joares Ponticelli, da VI Reunião da Executiva da Unale - União Nacional dos Legislativos Estaduais, na cidade de Rio Branco, no Acre.

A Unale está realizando um trabalho muito importante em relação à dívida dos estados com a união. É uma campanha nacional pelo fortalecimento do pacto federativo que está sendo implementado pela Unale. E nesse sentido o presidente José Luis Tchê está fazendo visitas às Assembleias Legislativas de todo o país.

Nesse encontro do Acre estavam presentes 15 Assembleias Legislativas e mais de 50 deputados estaduais. Foi um momento importante para a apresentação dessa situação da dívida dos estados com a união. Esses

especialistas identificam a origem do agravamento do problema da dívida dos estados com a união, principalmente durante o período do plano real, que foi marcado entre outras coisas pela adoção de altíssimas taxas de juros básicas.

Entendo que é muito importante essa iniciativa da nossa Unale para colocar um tema desses. E dos estudos feitos por especialistas de várias áreas, teremos um importante documento de interlocução com o governo federal e com o Congresso Nacional.

Esse tema também será debatido no final de maio, quando teremos a 16ª Conferência Nacional da Unale, no Rio Grande do Norte, Natal. Embora o tema principal seja a matriz energética e alternativas para o futuro, o tema da dívida dos estados com a união será posto de forma permanente em todos os encontros da Unale, especialmente nessa conferência nacional.

Hoje, os estados brasileiros devem à união R\$ 428 bilhões, uma coisa praticamente, poderíamos dizer, quase que impagável. Santa Catarina tem uma dívida de quase R\$ 12 bilhões. É lógico que os critérios que foram estabelecidos ao longo dos anos, desde a década de 50 até a de 60, quando praticamente não existia essa dívida dos estados com a união, foram prejudiciais porque se o índice aplicado no começo fosse o INPC, essa dívida seria talvez um terço ou muito menos. Sem dúvida nenhuma, essa é uma cruel realidade.

Nós que militamos principalmente nas áreas sociais como a Saúde, sentimos o peso do pagamento de uma dívida como essa quando na verdade sempre se está de pires nas mãos, mendigando, pedindo, implorando por mais recursos para a saúde. E esses recursos vão para a união e concentram-se na união.

Aproveitei também a oportunidade dessa reunião da Unale, em Rio Branco, para apresentar às Assembleias Legislativas que estavam presentes, aos deputados estaduais de vários estados do Brasil, a proposta de projeto de lei de iniciativa popular, que está sendo coordenada pela frente nacional, por mais verbas para a Saúde, sob o comando da Associação Médica Brasileira e outras entidades nacionais. Estamos também incluindo a Unale, a nossa entidade que representa as Assembleias Legislativas, na coordenação nacional.

Aqui em Santa Catarina, a partir da nossa Casa, da comissão de saúde da Assembleia Legislativa, juntamente com a Associação Catarinense de Medicina, também estamos inseridos e vamos cada vez mais ampliar o movimento pela coleta de assinaturas. Mas fiquei até satisfeito porque a Assembleia de Minas Gerais, na semana passada já realizou um ato com a presença do dr. Florentino, que é o presidente da Associação Médica Brasileira, aderindo a esta campanha nacional por mais verbas para a Saúde, coletando assinaturas por esse projeto de lei, de iniciativa popular, que entre outras propostas ressalta a importância de que a União tem que aplicar, no mínimo, 10% da sua arrecadação na saúde.

Então, foi uma rica oportunidade na qual aproveitei para fortalecer o movimento, apresentando-o aos deputados de vários estados brasileiros das Assembleias Legislativas que lá estavam. Inclusive a Unale entrará diretamente na campanha para estabelecer uma coordenação, uma mobilização em todas as Casas Legislativas para que possamos nos

inserir firmemente neste grande movimento nacional por mais verbas para a saúde. E, através desse projeto de lei de iniciativa popular restabelecer, no Congresso Nacional, o debate sobre a regulamentação da Emenda Constitucional n. 29, pois da forma como foi votada nos deixou frustrados, porque ficou muito aquém das expectativas. Então, vamos restabelecer esse debate através de um projeto de lei de iniciativa popular.

Quero dizer também que ontem houve a votação, na comissão de Assuntos Econômicos, sobre a chamada guerra dos portos, da guerra fiscal. Pessoalmente acompanhei durante a semana, em Brasília, toda votação e discussão, até em respeito à Constituição e Justiça, mas, infelizmente, ontem não pude participar, porque estava impossibilitado, estava retornando do Acre, mas queria ter participado do debate do Projeto de Resolução n. 72, que trata da equalização do ICMS nos estados, relacionado com as importações.

Entendo que o governo federal deveria ter uma postura de mais diálogo com os srs. governadores e que essas medidas teriam que ser implementadas de forma progressiva, gradativa, até em respeito à federação, já que os estados não fizeram outra coisa senão trazer benefícios para a área portuária. Digo isso, a partir da minha cidade, do porto de Itajaí, do porto de Navegantes, do complexo portuário da foz do Itajaí, do porto de Imbituba, do porto de São Francisco, do porto de Itapoã, de todos esses portos públicos ou de terminais privados, pela política implantada na época pelo governador Luiz Henrique da Silveira, quando Santa Catarina realmente acabou desenvolvendo uma infraestrutura portuária, o que lhe deu um destaque nacional. E agora, de repente, de um dia para o outro, essa mudança trará implicações graves para as nossas cidades, para os portos catarinenses e para o nosso estado.

Então, nesse contexto das compensações, um dos elementos que estava na roda de discussões era justamente o pagamento da dívida desses estados mais penalizados como Santa Catarina, Espírito Santo e Goiás. E o governo federal, com certeza, terá que levar em consideração, porque além da dívida elevada, tem que ser revisto o restabelecimento de critérios e que nessa compensação também seja levada em consideração...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos acompanha através da TVAL e da Rádio Alesc Digital, venho a esta tribuna para tratar de dois assuntos nesta tarde.

Primeiramente quero cumprimentar os agricultores e agricultoras familiares de Tigrinhos, que estão aqui hoje nos prestigiando e grande parte dos agricultores já viajaram. Durante dois dias estiveram aqui na capital, mas ainda teremos hoje aqui a fala da Fetraf/Sul, para comentar um pouco sobre as atividades e a agenda na capital nesses dois dias.

Sr. presidente, quero também justificar a nossa ausência no dia de amanhã, porque amanhã e sexta-feira acontecerá na cidade de Tucumã, uma cidade da Argentina, um encontro do Parlasul e também um encontro de governadores, quando estarão discutindo vários temas relacionados à integração entre Argentina e Brasil, e outros parlamentos do Sul também estarão reunidos na sexta-feira, dialogando sobre um dos temas que estaremos levando para lá. Inclusive, a pedido do próprio deputado Silvio Dreveck, representando esta Casa, discutindo o tema das ferrovias, pois nos interessa muito a construção da ferrovia bioceânica.

Esse é um trabalho importante no desenvolvimento do nosso sul, principalmente a ferrovia, uma perspectiva de política de integração entre a América do Sul, que ligaria no futuro Itajaí ao porto do México.

Então, sr. presidente e srs. deputados, quero registrar nesta Casa que estaremos viajando esta noite para representar nosso Parlamento nesse encontro na Argentina.

O segundo tema que quero trazer hoje é sobre a bela e importante mobilização da agricultura familiar em Santa Catarina, junto com os companheiros e companheiras do Movimento dos Sem Terra. Esse setor que para Santa Catarina e para o Brasil tanto significa, fez hoje pela manhã uma grande mobilização em frente ao palácio do governo, mas não conseguiu ser recebido pelo vice-governador, Eduardo Pinho Moreira ou pelo secretário João Rodrigues. No nosso estado, temos aí 93% das nossas famílias de agricultores que possuem menos de 50ha. E hoje esse setor responde por 1/3 do PIB catarinense.

Então, muitas vezes, lá fora, no Brasil inclusive e aqui dentro se fala do grande agronegócio, do que representa a agricultura, o setor agropecuário do nosso estado e do nosso Brasil. Mas não se fala que lá no interior, nas comunidades, nas propriedades se produz o frango, o suíno, o leite, que não são industrializados por grandes grupos da agroindústria, mas por uma família de agricultores. Há lá um homem, uma mulher, um jovem, uma criança, que todos os dias levanta cedo, dorme tarde e segura a perspectiva do desenvolvimento e a produção de alimentos, que é o mais importante.

Infelizmente, durante a história do Brasil e do nosso estado, esse setor tem esperado muito, mas recebido pouco investimento. Na lógica do papel que exerce que é da produção de alimentos, um papel digno e que precisa ser respeitado. Sempre digo que o Brasil do futuro não tem perspectiva na construção de um projeto de nação, um projeto de país, se não tiver dentro dele fortemente inserido o papel da agricultura familiar, na produção de alimentos.

Este país não terá futuro digno, sustentável, se não valorizar as nossas pequenas propriedades. E temos espaços enormes para crescer na perspectiva da produção de alimentos se avançarmos na reforma agrária, na distribuição de terras no nosso país. Estamos em um país com a maior extensão de terra do mundo, que produz muito pouco por hectare e que muitas vezes chamam de grandes produtores. Esses são os que têm dez, 12, 20ha e constroem ali uma alta produtividade com geração de emprego, renda e desenvolvimento.

Infelizmente, os nossos municípios com maior concentração de terra no Brasil e em Santa Catarina, são aqueles com índice de desenvolvimento humano mais baixo. Então,

grande propriedade, grande latifúndio significa pobreza, e não desenvolvimento sustentável no meio rural, que precisa ter pessoas e não um local deserto.

Então, hoje pela manhã, nesta reunião com o governo do estado, havia uma pauta muito importante tratando de vários temas relacionados a nossa agricultura familiar, ao futuro desses trabalhadores e também dos assentados da reforma agrária. Fomos recebidos pelo vice-governador e pelo secretário, não tivemos respostas no dia de hoje, mas foi importante termos sido recebidos. Então, esperamos que em duas semanas, esse é o compromisso do vice-governador, possam trazer questões concretas, uma perspectiva de resposta a essa categoria tão importante para Santa Catarina.

Usamos desta tribuna inúmeras vezes e reclamamos aqui, e vamos continuar reclamando que esse setor precisa de mais investimentos. Não dá para falar, deputado Aldo Schneider, v.exa. que foi coordenador e presidente da comissão de Agricultura, em 1%, 1,5% de investimento nesse setor, precisa mais. É claro que se buscarmos o custo do que investe na Cidasc, na Epagri, nas empresas do estado, teremos um índice maior, mas precisamos mais investimentos nesse setor. Precisamos de mais investimentos na Cidasc, não é possível que ela cobre os serviços que presta para as pequenas agroindústrias, precisa haver isenção fiscal.

Temos um projeto aqui tramitando, deputado Dieter Janssen, que isenta as pequenas agroindústrias do ICMS; um pequeno negócio que começa no interior, agregando valor, buscando alternativa, não pode pagar todas essas contas para a Cidasc, as vistorias e impostos altos. Por que isentam de impostos os grandes grupos econômicos e não os pequenos que estão começando o negócio? Precisa haver uma política de incentivo para isso.

Com relação à anistia do troca-troca, o Rio Grande do Sul já anistiou R\$ 30 milhões, criou um programa de renda para os agricultores de R\$ 45 milhões para ajudá-los nesse período complicado da estiagem. Além disso, já há um programa de cisternas que chega a 80% de rebate, quando o agricultor constrói a sua para armazenar água. Então, estamos cobrando mais ousadia do estado de Santa Catarina, porque o secretário falar em R\$ 3 milhões ou R\$ 4 milhões de ajuda para os agricultores é muito pouco, precisamos muito mais pelas perdas que tivemos e, principalmente, pela importância do setor.

Esperamos que nas próximas duas semanas possamos ter um tratamento muito sério por parte do governador Raimundo Colombo, do vice-governador Eduardo Pinho Moreira, que hoje assumiu o compromisso de tratar desse assunto com o governador, e do nosso secretário da Agricultura que fala muito pelo estado agora que dá apoio à agricultura, mas está chegando muito pouco para os agricultores. Precisa haver, de fato, mais ajuda para esse setor tão importante.

Muito obrigado, sr. presidente e srs. deputados.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Dirceu Dresch.

A próxima oradora inscrita é a sra. deputada Ana Paula Lima, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, sra. deputada Dirce

Heiderscheidt, srs. parlamentares, cumprimento especialmente os telespectadores da TVAL e os ouvintes da Rádio Alesc Digital,

Sr. presidente, sra. deputada, a segurança pública do estado de Santa Catarina está nas páginas policiais. Lamentável o que vem acontecendo, deputado Dirceu Dresch, nesse setor que, diria, é o mais importante da área de proteção das pessoas, mas teria até o nosso respeito se fosse eficiente como tem que ser.

Falo isso porque nos jornais televisivos, impressos, nas nossas rádios a reclamação é muita sobre a segurança pública, e nos últimos dias então virou caso de polícia. Estava hoje almoçando fora desta Casa, e ouvi pessoas ao nosso lado comentando o assunto que estava passando na televisão naquele momento no horário de meio-dia no jornal local.

Chegamos a um ponto de incredibilidade nesse setor de fundamental importância, deputada Dirce Heiderscheidt! E na minha cidade não é diferente, quando ando pelas ruas o assunto principal da população é a segurança pública. Primeiro, porque o governo de Santa Catarina tem uma dívida com o povo de Blumenau e da região. A cidade de Blumenau, que era considerada tão segura, ainda é, mas com alguns problemas que vêm ocorrendo ultimamente não está mais segura como era. A população de Blumenau está assustada, está com medo, está insegura, e esse sentimento de insegurança está mexendo com homens e mulheres de Blumenau.

Casos recentes, que eram muito raro acontecer, demonstram que algo precisa ser realizado com urgência. Antes da Páscoa, há mais ou menos duas semanas, um jovem chamado André foi a um supermercado da cidade, no bairro Progresso, trocar algumas moedas por notas no caixa, e foi baleado, assassinado, sem revidar. E simplesmente o assassinato desse jovem comoveu a cidade. André Luiz tinha 20 anos, perdeu a vida durante um assalto e seus sonhos foram brutalmente interrompidos.

Nesse último final de semana, dia 15, as pessoas participaram solidariamente do velório de André. Centenas de homens e mulheres percorreram as ruas de Blumenau no bairro Garcia, em protesto pela situação da segurança da nossa cidade.

Precisamos dar um basta nessa situação. E já alertávamos há muito tempo que esse problema vinha crescendo exaustivamente não somente em Blumenau, mas em todo estado de Santa Catarina. Mas falo de Blumenau, porque lá é minha cidade e constantemente as pessoas vêm fazer esse tipo de registro, de reclamação. Precisamos dar um basta rapidamente nessa situação porque não merecemos tanto descaso pelo governo do estado.

Diariamente vivemos situações de medo, de assassinatos, de invasão a residências. Ontem mesmo quando chegava para dar uma entrevista na rádio local, Nereu Ramos, pois o apresentador do programa me convidou para participar de debate, uma senhora que mora num bairro de Blumenau, na República Argentina, reclamou que a sua casa foi invadida durante a noite, onde estava ela e sua filha dormindo e a pessoa entrou, assaltou e foi embora. Ela sabe quem é. Ela já falou para a Polícia quem é, mas esta não deu nenhuma importância. Constantemente postos de gasolina são assaltados, pequenos comércios são assaltados. Ontem, um senhor que estava andando de bicicleta foi parado durante o dia e roubaram sua bicicleta. É

lamentável ter que falar isso da minha cidade. Essas coisas não víamos acontecer antes. Banalizou-se o problema. Parece algo corriqueiro. Ficaram comuns os pequenos assaltos durante a luz do dia em padarias, supermercados.

Pessoas são tiradas dos carros durante o dia para o roubo do carro. Há dias em que tráfego na cidade, porque vou e volto todos os dias, e não encontro um policial. Falta efetivo na Polícia Militar e na Polícia Civil. Realmente estamos com um problema seríssimo. Não enxergamos mais a luz no final do túnel. As autoridades estaduais, o governo, o secretário de Segurança Pública, que já levamos até Blumenau, precisam fazer algo.

Fizemos uma audiência pública na Câmara de Vereadores, mas eles ainda não se pronunciaram. Não apresentaram planos de ação para inibir a violência de Blumenau. E não é diferente nas demais cidades do vale do Itajaí e do estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Deputada, quero parabenizar v.exa. pelo tema que levanta aqui, porque é o assunto da semana, das últimas semanas. Também trouxe essa questão no horário reservado ao nosso partido.

Estou dialogando a esse respeito com a sociedade e com os deputados. Estamos entrando num momento difícil na Segurança Pública deste estado, e v.exa. dá exemplos disso. Quem tem moral na Segurança Pública para cobrar qualquer coisa? E essas questões são importantes para a sociedade, desde o roubo de uma bicicleta até os grandes problemas que ocorreram aqui, como desviar um carro leiloado para a chefia da Segurança Pública de Santa Catarina. Quem tem moral para segurar as questões de segurança neste estado ainda? O governo precisa tomar providências.

Ontem a reportagem que passei aqui, que saiu na RIC TV na segunda-feira, foi muito grave, porque toda a cúpula da Segurança Pública sabia o que estava acontecendo e não tomou providências. Por isso, deputada, esta Casa tem que participar e entrar nesse debate. E para isso estamos propondo uma CPI, que seria a melhor forma para de fato buscarmos o que está ocorrendo. Isso está ocorrendo já faz dois anos, e com certeza há problemas, na nossa avaliação.

Então, é preciso apurar os fatos, ir atrás, porque Santa Catarina está à beira de um caos. E esta Casa tem responsabilidades para com isso. Por isso, estamos conclamando os srs. deputados a participar e a ajudar inclusive o governo, independentemente de ser situação ou oposição. Nós entendemos que é necessário abrir essa CPI para podermos atuar, acompanhar e tomar providências nessa questão de segurança.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - A população está com medo, quer respostas para essa situação, quer segurança. Vejo isso na minha cidade, nas cidades circunvizinhas e até o momento o atual governo, que é continuação do antigo, deixa muito a desejar para os municípios. A secretaria da Segurança Pública que tem a obrigação constitucional de proteger a nossa gente está envolta em denúncias, em problemas internos, deixando de realizar a sua responsabilidade. Com relação a Blumenau foi feito um pedido de informação ao

secretário de Segurança Pública, sr. César Grubba, sobre as ações para garantir a paz da nossa gente. Infelizmente as respostas são desanimadoras.

Para atender a Blumenau que tem uma população de mais de 300 mil habitantes e para as cidades vizinhas que atendem uma grande população, são 34 novos soldados. Isso é muito pouco, secretário.

Temos apenas 36 câmeras de segurança na cidade de Blumenau, enquanto aqui serão instaladas numa sala 63, e, se não tiver lugar para instalá-las, a população de Blumenau quer as câmeras de segurança.

Sr. presidente, volto a esse tema o mais rápido possível em outra oportunidade.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Aldo Schneider, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital.

É uma satisfação podermos voltar a esta tribuna para discorrer sobre alguns assuntos relativos aos anseios da nossa comunidade catarinense, trazendo sugestão de ações junto ao governo do estado, através de proposições, indicações, projetos de leis.

Nós, na condição de verdadeiros representantes da sociedade catarinense, temos como missão, além de cobrar uma atuação do governo do estado em todas as suas áreas, e como uma das prerrogativas do nosso mandato a apresentação de projetos de lei que venham ao encontro das necessidades da sociedade catarinense.

E assomamos, hoje, esta tribuna para discorrer sobre dois projetos de lei de nossa autoria que protocolamos, na semana passada, na secretaria desta Casa. No meu entendimento são projetos que tratam de assuntos relativos à atualidade da sociedade catarinense. Se os dois projetos de lei forem aprovados por este Parlamento, prestaremos um grande serviço à sociedade catarinense.

O primeiro versa sobre a proibição de construções em volta das penitenciárias de Santa Catarina. Até recentemente, num passado não muito distante, na semana passada, falávamos, neste Parlamento, que a imprensa está fazendo o seu papel no sentido de cobrar da secretaria da Justiça e Cidadania a questão do acesso aos celulares nos presídios. Logicamente, esse é um problema que todos nós sabemos que existe em todo sistema carcerário brasileiro. Evidentemente, Santa Catarina não está fora do contexto nacional. E nós temos que equacionar esses problemas na medida em que vamos tomando decisões.

Esse projeto de lei que apresentei aqui prevê, exatamente, a regulamentação sobre as construções em volta dos presídios catarinenses para que a sociedade tenha a segurança necessária e também os próprios presos.

(Passa a ler.)

“Projeto de Lei n. 0137/2012

Estabelece a proibição de edificação ou de instalação de presídios em áreas que

tenham em seu entorno construções e dá outras providências.

Art. 1º Fica proibida a edificação ou a instalação de presídios em áreas que tenham em seu entorno qualquer espécie de construção.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei considera-se entorno a distância de cem metros a partir dos limites da área reservada à unidade prisional.

Art. 2º A proibição constante nesta Lei se aplica a partir da sua vigência, preservando as situações já consolidadas, sendo vedadas tão somente novas construções no entorno.

Parágrafo único. O Poder Executivo promoverá política visando à implantação gradativa de atendimento ao disposto nesta Lei a todos os presídios existentes no estado de Santa Catarina.” [sic]

Estamos sugerindo isso exatamente para que as vizinhanças dos presídios não corram risco, porque, na medida em que instalamos um presídio, imediatamente o primeiro vizinho desse presídio já instala ali uma edificação para vender bebida, bar e tal. Então, aí, evidentemente, vamos ter problemas no sentido de passarem coisas para os detentos.

(Continua lendo.)

“A proposição que ora apresentamos à consideração dos eminentes pares deste Parlamento visa dispor sobre a proibição de edificação ou de instalação de presídios em áreas que tenham em seu entorno construções e dá outras providências.

Rotineiramente se verifica a edificação e a instalação de presídios em locais onde se encontram construções previamente consolidadas, emergindo na falta de segurança, além da imposição de carência de estrutura às famílias, impulsionando a desvalorização dos imóveis e a desmotivação de outras pessoas residirem nas imediações.

Por muitas ocasiões a imprensa e as autoridades promovem manifestações no sentido da necessidade de ser impressa maior segurança ao setor. A população, de outro lado, não se move com as constantes alegações de que por se estar perto de uma cadeia haverá mais viaturas, mais rondas, mais policiamento, mais segurança, até em face de que a história tem demonstrado a existência de várias fugas e outros entres que convergem em sentido contrário.

Com efeito, a sensibilidade das autoridades neste sentido deve ser diretamente proporcional aos riscos como as rebeliões, a demora compreensível no atendimento policial por equipes efetivamente treinadas para esse tipo de situação (batalhões de choque), entre outras dificuldades, como as consequências da constante superlotação, que sempre é uma questão de tempo.

Ocorre que a esses estabelecimentos enseja a disposição de cada vez mais segurança e de sistematização de forma universal, possibilitando o treinamento de pessoal de forma igualitária para atendimento das suas atividades e das suas situações desfavoráveis.

Destarte, com o intuito de promover discussões, para consequente regulamentação do tema pelo Poder Executivo, se tem por escopo instituir essas regras para maior defesa da sociedade e o aperfeiçoamento do sistema carcerário.

Portanto, a medida em tablado tem a ver com a capacidade estatal de organizar o sistema. É preciso dotar os municípios de maior infraestrutura para tratar da matéria, parametrizando as atividades dos atores neste processo.

Pelos motivos acima, solicitamos aos nobres Pares desta Casa o apoio para a aprovação deste projeto de lei, que considero de grande importância para Santa Catarina.”[sic]

No nosso entendimento ele ajudará a equacionar, deputado Dieter Janssen, as dificuldades que temos nos presídios catarinenses.

Obviamente, entendemos que um projeto dessa magnitude vai detonar certo desconforto neste momento atual, mas, enquanto governo, temos que adotar medidas para que possamos ao longo da história catarinense equacionar definitivamente esse problema dos presídios catarinenses.

Até porque hoje não existem regras para a construção desses presídios. Na medida em que eles ficam superlotados, o governo sob pressão vai tomando decisões com relação às construções. E essas construções muitas vezes acontecem de uma forma aleatória, sem um estudo específico e sem a concordância, às vezes, da própria comunidade que está recebendo esse investimento público.

Por isso, entendo que a questão é de suma importância, justamente para equacionarmos definitivamente o problema de segurança nos presídios e da população que se avizinha dessas unidades.

Então, sr. presidente, essa é a nossa contribuição para um problema extremamente recorrente na atualidade, que é a superlotação e principalmente a questão do que se passa para dentro dos presídios. Com essa proibição de construção no entorno das penitenciárias, tenho certeza de que vai minimizar essa problemática.

O outro projeto que estamos apresentando nesta Casa, também, no meu entendimento, é de muita importância, haja vista que até recentemente presidi a comissão de Agricultura e Política Rural deste Parlamento. Nesta comissão, as demandas vinham principalmente do oeste de Santa Catarina, e, agora, já estão chegando do vale do Itajaí. Eu entendo, como deputado estadual, que posso também ajudar a minimizar e a resolver a questão, através da apresentação de uma proposição no Parlamento catarinense. E, obviamente, após a aprovação do projeto, da sanção do governador, o projeto se transforma em lei. Nesse projeto, fica estabelecida a obrigatoriedade às agroindústrias sediadas no estado de Santa Catarina de construir e manter sistemas de captação e armazenagem de água.

Tanto no oeste quanto no vale do Itajaí, temos dificuldades com a questão da seca. E não existe nenhuma exigência por parte da Cidasc, da Epagri, das prefeituras no sentido de prever que em determinado período do ano vai haver estiagem.

Então, com esse projeto, estamos tentando ao longo dos 12 meses, fazer com que nos organizemos através de cisternas, de um sistema de armazenamento de água, principalmente nas empresas agroindustriais.

(Passa a ler.)

“Parágrafo único. Os sistemas de captação e armazenagem de água previstos por esta Lei deverão obedecer a projetos técnicos

aprovados por órgãos competentes, com vistas a garantir a auto-suficiência para o funcionamento das empresas agroindustriais num período de estiagem prolongada.

Art. 2º Para o cumprimento do disposto nesta Lei as empresas agroindustriais instaladas no estado de Santa Catarina que utilizam a produção primária catarinense para o beneficiamento e a industrialização, deverão orientar e acompanhar o desenvolvimento dos projetos de captação, reserva e distribuição de água nas propriedades rurais que produzam matéria prima para empresas através de contratos.”[sic]

O que é que estou sugerindo?

Hoje, temos um sistema de integração muito forte em Santa Catarina. A grande maioria das indústrias não se preocupa com a questão da estiagem e muito menos com a questão da água. A partir do momento em que aprovamos neste Parlamento um projeto de lei que regule essa questão da armazenagem da água, as próprias agroindústrias vão ter que dar acompanhamento aos produtores integrados, seja na área da suinocultura, da avicultura ou da pecuária.

As empresas que fazem esse contrato têm obrigação de dar condição ao produtor de também construir a sua cisterna na propriedade.

(Continua lendo.)

“§ 1º A distribuição deverá ser destinada para consumo humano, animal e irrigação das plantações, principalmente nos períodos de estiagem.

§ 2º A parcela de participação das empresas agroindustriais deverá observar critérios e limites a serem estabelecidos pelo Poder Executivo, os quais observarão, entre outros aspectos, a capacidade financeira das empresas, os produtos a serem utilizados, a potencialidade da produção e comercialização e a carga tributária respectiva.

Art. 3º Os reservatórios terão capacidades compatíveis com as normas vigentes.

Art. 4º Aplica-se o disposto no art. 1º, da Lei n. 14.740, de 24 de junho de 2009, aos projetos abrangentes pela presente Lei, independentemente da decretação de situação de emergência em razão de estiagem.

Art. 5º O Poder Executivo promoverá a regulamentação, prevendo, além de outros critérios, as ações de incentivo a serem desenvolvidas pelo Estado para a execução desta Lei, as particularidades das áreas e regiões a serem abrangidas, incluindo as características em razões das dimensões dos imóveis, as condições de fiscalização e as sanções cabíveis em caso de descumprimento desta Lei, no prazo de 60 dias contados a partir da data de sua publicação.”

Pois bem, srs. parlamentares e sociedade catarinense, trago à tribuna deste Parlamento dois assuntos extremamente recorrentes. Um que versa sobre a questão dos presídios, que no entorno das penitenciárias não se permita qualquer tipo de edificação e outro trazendo sugestões para amenizar os problemas nas áreas que sofrem com a estiagem.

Durante muitos anos, acompanhamos essa questão da estiagem, principalmente na região oeste de Santa Catarina, em que todos os governos que por aqui passaram sempre buscaram soluções paliativas para o problema. Mas em nenhum momento tivemos um ato contínuo de começo, meio e fim. O que quero

dizer com isso? Evidentemente que a estiagem assolou uma região do estado. Então, temos que imediatamente identificar o que podemos fazer naquele momento, como a perfuração de poços artesianos, a contratação de carros pipas, buscando o apoio das prefeituras e do governo através da Defesa Civil. Esse é o primeiro momento de atendimento.

No segundo momento de atendimento temos que saber, até porque a história climática de Santa Catarina, nos últimos dez anos, já fala por si, por que há 14, 15 meses temos praticamente o mesmo problema de estiagem nas mesmas regiões do estado. Isso saberemos somente a partir do momento em que tivermos uma legislação que verse sobre esse assunto e que cobre uma decisão e uma ação por parte das agroindústrias e das prefeituras.

Na semana que vem estarei apresentando um projeto também, em nível de governo de Santa Catarina, a fim de que promova, nas 1.122 unidades escolares que fazem parte da nossa rede, um sistema de captação de água, para que através disso possamos contribuir não somente com a iniciativa privada, mas também com a iniciativa pública com relação a essas questões que afligem quase que diariamente a sociedade catarinense, principalmente na questão da estiagem.

Por isso, srs. parlamentares, solicito a v.exas. apoio na aprovação desses projetos de lei, no sentido de podermos contribuir, na condição de deputado estadual, e resolvermos talvez em parte a questão da estiagem em Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Obrigado, deputado Aldo Schneider.

Dentro ainda do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

(Pausa)

Não havendo oradores do PSD que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PT.

(Pausa)

Não havendo oradores do PT que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital e catarinenses que nos estão acompanhando nesta Casa, assomo à tribuna hoje em nome do nosso partido para fazer um desabafo por conta de ter sido quase que ferido de morte o estado de Santa Catarina pela comissão de Assuntos Econômicos ao aprovar a resolução do governo federal com relação à política do ICMS dos estados.

Deputado Silvio Dreveck, o que esperar de um governo quando ferra o estado, que é o caso de Santa Catarina, pois vamos perder para o ano que vem em torno de R\$ 1 bilhão na movimentação, principalmente num dos pontos fortes que temos em nosso estado, que são os portos, e colocar em risco nada mais nada menos do que 18 mil empregos.

Neste momento, quando o Senado se prepara para votar, está tirando dos cofres

catarinenses R\$ 1 bilhão, colocando em risco o emprego de 18 mil pessoas, um negócio muito difícil porque são empregos exatamente em uma das áreas, deputado Nilson Gonçalves, que Santa Catarina estava sendo beneficiada, ou seja, na área da importação e da movimentação dos portos.

Em nosso estado há os portos de Imbituba, de São Francisco do Sul, de Navegantes, de Itajaí, de Itapoá, que são portos muito importantes. Quando temos uma visão clara sobre isso sabemos que a movimentação e a área portuária geram uma renda muito forte. E exatamente por conta disso o estado de Santa Catarina estava tendo muitos avanços nesse setor. Inclusive os portos de Navegante e de Itapoá são portos privados que foram construídos exatamente por conta dessa disputa que há aqui.

Há o porto de Paranaguá, o porto de Santos, que estão completamente saturados, não tendo mais condições, deputado Dieter Janssen, de movimentação. E quando se fala em logística, *time is money*, tempo é dinheiro. Não existe possibilidade de se fazer qualquer tipo de logística internacional com relação, por exemplo, à importação. Quando há um porto que demora muito tempo para descarregar ou para manusear ou liberar a carga, a coisa fica complicada. O deputado Dieter Janssen está dizendo que leva em torno de cinco dias. Para eles, é muito tempo!

Então, com essa resolução o governo federal está errado numa coisa: primeiramente porque já existe uma discussão, e isso vai parar, com certeza, no Superior Tribunal Federal - STF -, por conta de que há um princípio constitucional em que os estados podem, sim, fazer esse tipo de adequação, para que possam ser disputados. Não é uma guerra fiscal. Agora nós, em Santa Catarina, cobramos 3,5%, e o governo federal passou agora para o mínimo de 4%. Quem vai ser prejudicado? Seremos nós? Espírito Santo, Goiás. Quem vai ser beneficiado? São Paulo! São Paulo é que vai ser beneficiada. O governo federal deveria criar condições de negociação, criar sistemas de negociação para que isso pudesse ser feito de uma maneira mais negociada, para não ocorrer esse prejuízo de uma hora para outra.

O que vimos ontem, deputado Nilson Gonçalves, na comissão de Assuntos Econômicos e o que vamos ver, hoje, infelizmente, na sessão do plenário do Senado Federal são ganhadores e perdedores, em vez de termos uma consciência de construção de entendimentos.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Ontem, deputado Kennedy Nunes, houve uma expressão durante aquele embate que assistimos da comissão no Senado. Houve um comentário de que estavam arrancando, quebrando três dentes da federação. É muito propícia a frase, e realmente estão quebrando três dentes da boca da federação. Na verdade, os três estados estão sendo prejudicados de forma substancial em relação a essa medida do governo federal.

Eu não sei se v.exa. teve a oportunidade de ouvir o depoimento, na comissão, do governador. Foi emocionante e emocionado o depoimento dele pedindo, e não somente dele, como dos senadores Paulo Bauer, Luiz Henrique da Silveira e Casildo Maldaner, apenas e tão somente um tempo

para conversar, para discutir um pouco mais.

O governador, inclusive, não estava questionando a medida. Se bem que ela é questionável. Mas ele estava pedindo um tempo apenas e tão somente para dialogar, para se organizar, para adequar o estado a esse novo método que o governo está impondo. Apenas isso. Dialogar apenas e tão somente. Aliás, as cartas já estavam marcadas, o circo estava pronto. Não adiantava falar, nada adiantava, porque já estava decidido que iriam votar aquilo e pronto, e foi o que aconteceu. E no dia de hoje muito provavelmente irá acontecer a mesma coisa.

Nós, que somos representantes do norte, lamentamos profundamente porque estamos vendo que nasceu em Itapoá um novo porto que é fruto desse incentivo que o estado proporciona, com uma pujaça muito forte. O porto de São Francisco do Sul também, em função desse incentivo do governo do estado, estava tendo uma movimentação muito maior e, consequentemente, os outros portos de Santa Catarina.

O que vai acontecer com isso? O governo terá que conversar individualmente com cada empresa, mas mesmo assim, na continuação, teremos um prejuízo substancial, porque não são somente as empresas que estão tendo incentivos, mas as empresas acessórias que participam desse processo todo. Há um número bastante expressivo de empresas acessórias que participam também desse processo.

Por isso é preocupante e extremamente lastimável que tenhamos que assistir sem poder fazer exatamente nada com relação ao que irá acontecer, na tarde de hoje, no Congresso Nacional, que é a aprovação dessa medida do governo federal que começará a vigorar a partir de janeiro do ano que vem.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Sr. deputado Kennedy Nunes, apenas quero ratificar suas colocações e parabenizá-lo inclusive pelo discurso. Temos acompanhado de perto essa sangria em Itajaí, temos muitos contatos naquela região e também na região norte e em Imbituba. Santa Catarina irá sangrar, e sangrar muito. Como v.exa. já colocou, serão R\$ 100 milhões/mês de prejuízo a partir de 2013.

Há outra preocupação: estávamos incentivando a questão do transporte fluvial, que agora está custando 0,07%, sendo que o aéreo custa R\$ 27,00 e o ferroviário R\$ 3,00. Então, veja v.exa. que teríamos uma grande vantagem com toda essa logística, toda essa estratégia do governo do estado em atrair as importações via nossos portos.

De fato perde Santa Catarina e esperamos que o governo federal possa, pelo menos, compensar parte dessa perda.

Obrigado, deputado.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos.

Deputado Nilson Gonçalves, assisti, ontem, à reunião da Comissão de Assuntos Econômicos - CAE - e vi o trabalho, deputado Silvio Dreveck, dos nossos três senadores, quais sejam: Luiz Henrique da Silveira, Paulo Bauer e Casildo Maldaner. Quando vi o senador Luiz Henrique da Silveira berrando e o trator do governo passando, não pude me furtar de lembrar o tempo em que a máquina do governo

do estado passava nesta Casa capitaneada pelo então governador Luiz Henrique da Silveira e de quantas vezes saímos deste plenário, deputado Nilson Gonçalves, com as costas envergadas da marca da esteira do trator quando passava pela gente.

Não conseguia me esquecer daquele momento, de quantas vezes, neste plenário, eu ia até o microfone e dizia: a esteira está pesada! A marca está pesada! Aliás, há uma frase que ficou registrada nesta Casa em que eu falava da esteira, deputado Dieter Janssen: prefiro ter as marcas da esteira nas costas do que da bota no pescoço!

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não, deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eminentíssimo deputado Kennedy Nunes, aquele trator era D-12, porque hoje é D-8. Os coitados da Oposição não podem nem se mexer. E v.exa. está junto dirigindo o trator, o que não era bom ontem, é bom hoje. Não é, deputado?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Não sei não, deputado!

Eu não pude me furtar de fazer esse comentário porque o trator do governo, muitas vezes, nos tratora mesmo, mas às vezes não somente tratora como dá um patinada em cima da gente. Foi o que aconteceu ontem. Por mais que os nossos senadores lutaram e foram guerreiros, valeu a máquina do governo do PT que tirou de Santa Catarina R\$ 1 bilhão e está colocando em jogo 18 mil empregos.

Essa que é a verdade! Essa é a pura verdade! A resolução do governo federal, do governo do PT está tirando de Santa Catarina R\$ 1 bilhão e está colocando em risco 18 mil empregos e colocando em risco exatamente uma vertente do estado que estava sendo exatamente o propulsor do crescimento das nossas receitas, dos nossos impostos de Santa Catarina. E agora vamos viver este momento. Estou muito preocupado! Estou também extremamente frustrado, deputado Jailson Lima, com o governo do PT em ferrar Santa Catarina nesse sentido. Extremamente frustrado!

Ontem, foi muito difícil e tenho certeza de que os catarinenses estão atentos a essas questões.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, quero saudar o ex-deputado, mas sempre deputado, Décio Góes, ex-prefeito de Criciúma, que se encontra nesta Assembleia Legislativa acompanhando a sessão.

Tenho alguns assuntos que pretendo abordar, mas não poderia deixar de fazer um comentário sobre esse assunto que o deputado Kennedy Nunes falou desta tribuna. Em primeiro lugar, quero fazer de forma responsável, deputado Silvio Dreveck, porque não adianta somente jogar alguma coisa e depois sair do plenário e deixar o abacaxi.

Acho que há questões polêmicas realmente em relação a essa tributação. Isso

nos preocupa também. É claro que recompondo a história, o projeto de resolução não é do PT nem da presidente Dilma Rousseff nem tampouco do Lula, é de autoria do senador do PMDB, Romero Jucá.

Então, é importante que seja feita essa correção aqui. Talvez seja por isso que o ex-governador ficou chateado, justamente porque vinha de um companheiro seu de partido, tanto é que ele falou em sair do partido. Essa é a questão maior. Não posso falar pelo PMDB, mas apenas coloco essa questão.

Em segundo lugar, há uma guerra fiscal perversa no Brasil. Ela é perversa e isso tem ocasionado prejuízos muitos grandes para a sociedade brasileira como um todo. A unificação das alíquotas do INSS, deputado Jailson Lima, é uma tentativa exatamente de acabar com aquilo, inclusive o empresariado brasileiro tem reivindicado tanto, que é a discussão do fim da guerra fiscal, até porque, fomos verificar, não há nenhum estudo conclusivo das efetivas perdas que estão existindo; os números colocados até agora, parece-me que são números muito mais chutados, vamos dizer assim, do que efetivamente definidos.

Então, estamos preocupados, sim, mas acreditamos que Santa Catarina tem que reagir naquilo que efetivamente possa ter de perda. De repente, essa reação veio com dois anos de atraso, quando já estava em votação, mas é preciso fazer com responsabilidade e buscar formas de compensar isso, deputado Jailson Lima. Se houve uma perda para Santa Catarina, entendo que têm que ser criados, de forma responsável, mecanismos para suprir essa perda.

O Sr. Deputado Jailson Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Pois não!

O Sr. Deputado Jailson Lima - Quero cumprimentar o companheiro Décio Góes que nos visita hoje. S.Exa. marcou como deputado e continuará marcando não apenas pelo seu trabalho como homem público na cidade Criciúma enquanto foi prefeito.

Antes de entrar nesse debate sobre as questões das alíquotas do ICMS, quero dizer ao deputado Kennedy Nunes que assim como o ex-governador Luiz Henrique reclama do rolo compressor em Brasília, diz que passa como um trator, aqui, na Casa, não é nada diferente. Aqui o deputado Kennedy Nunes faz parte desse rolo compressor. A diferença é que no mandato passado essa patrula vinha de um jeito e aqui a patrula é um pouco mais intensa.

Outro dado relevante é que nessa questão da carga tributária, em relação ao ICMS, temos que ter claro que o processo que existe em Santa Catarina não é um processo que simula industrialização, aqui e no Espírito Santo, com o processo que se tem, eis que se criou, em decorrência de um tributo, um processo de importação que não é proativo para a indústria catarinense, haja vista o setor têxtil, o setor moveleiro e tantos outros.

Vamos passar por uma pequena turbulência, mas tenho convicção de que o estado vai se ajustar nesse processo, até mesmo porque existem por parte do governo federal medidas e caminhos pensando na compensação dessa possível perda. Então, não dá para concordar com o deputado Kennedy Nunes e dizer que o governo da presidente Dilma Rousseff, com 77% de aprovação, com toda anuência popular do ponto de vista das

suas ações, tenha essa preocupação de ferrar com Santa Catarina, porque se não fosse o governo federal, este estado estaria paralisado. Essa é a verdade.

Vamos levantar os recursos, os aportes federais que tivemos neste estado. Vamos levantar o aporte de empréstimo do BNDES, por exemplo, para o saneamento. Mas é empréstimo do BNDES com longo prazo para pagar, com taxas de juros lá embaixo, e vai-se pagar através da fatura da Casan, como condição de melhorias para o município. Então, não dá para concordar com essa tese.

Em segundo lugar, registro que quando se fala dos recursos federais, o que aconteceu durante as cheias em Santa Catarina? Quanto de recurso foi investido em nosso estado, deputado Ismael dos Santos, na região de Blumenau, Rio do Sul, em todas as situações? E aí é importante registrar esse dado do plano nacional, por exemplo, de logística e transportes, dados de investimentos em Santa Catarina.

Deputado Neodi Saretta, na área portuária teremos de 2012 a 2022 mais de R\$ 520 milhões investidos. Na área ferroviária são R\$ 6,81 bilhões previstos para investir em Santa Catarina através do PAC. Na área portuária teremos R\$ 2,6 bilhões em Santa Catarina. No setor rodoviário serão R\$ 2,07 bilhões em investimentos. Em outros diversos segmentos teremos aproximadamente mais R\$ 2 bilhões, ou seja, investimentos totais previstos para Santa Catarina de aproximadamente R\$ 12 bilhões nos próximos oito anos, com recursos federais.

Então, não dá para dizer que não há compensação nesse debate. E temos que deixar claro que Santa Catarina tem sido olhado com muito carinho pelo nosso governo. Agora, quanto ao rolo compressor que o Luiz Henrique está reclamando que existe lá, vamos continuar fazendo o nosso bom combate, aqui, com a base do governo, eis que aqui não é apenas um rolo compressor, mas uma patrulha mecanizada inteira. Mas faremos o debate dentro do processo democrático.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Acho que esses números que o deputado trouxe são importantes. E complementando o que v.exa. apresentou sobre as obras de saneamento, somente nessa semana foram assinados R\$ 404 milhões do PAC 2 para Santa Catarina, através de financiamento da Caixa Econômica Federal, através da Casan. E hoje, pela manhã, tramitou na comissão de Finanças, e vamos votar na próxima quarta-feira, mais um recurso do BNDES para o nosso estado, na ordem de R\$ 611 milhões, para financiar um projeto chamado Caminhos para o Desenvolvimento em Santa Catarina, através do qual o governo está prevendo aplicar cerca de R\$ 300 milhões em recuperação de rodovias, R\$ 171 milhões em fibras óticas e R\$ 10 milhões para estudo de mobilidade urbana. Temos, enfim, mais recursos. Inclusive em torno de R\$ 170 milhões para combate a desastres naturais, sejam secas, vendavais, enchentes, granizos etc. São recursos também financiados através do BNDES, que poderão vir para Santa Catarina.

Então, temos que pensar em buscar as compensações e efetivamente ver aquilo que é o melhor para o país, para a geração de empregos no Brasil e não na China, na Europa e não sei mais onde, porque trazer produto pronto, acabado, de fora, gera emprego no exterior. Temos que pensar, efetivamente, em empregos no Brasil.

Se há alguma perda, temos que ir atrás, sim. E temos que reagir. Santa Catarina tem que buscar a compensação, se eventualmente alguma perda ficar, porque realmente não é possível pensar em perda.

Agora, temos que pensar no país e, principalmente, nos empregos dentro do Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopesla) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Silvío Dreveck, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, ouvindo os pronunciamentos, deputado Dieter Janssen, no dia de hoje, vejo que a maioria é choro e lamentações. Mas quero retomar a minha iniciativa de hoje de manhã, deputado Manoel Mota, quando fiz um pronunciamento nesta tribuna enaltecendo o lado bom, positivo, e citei aqui o exemplo da retomada da Cooperativa Aurora, de Joaçaba, que vai triplicar a geração de empregos naquela unidade.

Falei aqui também na implantação da empresa chilena, na possível implantação, mais precisamente no município de Araquari, na produção de biocombustível.

Agora, à tarde, ouvi os pronunciamentos e lembrei um assunto que também é positivo. V.Exa. sabe, deputado Manoel Mota, que há poucos dias o governo federal editou a Medida Provisória n. 563/2012, em que pese que eu ainda tenha as minhas divergências quando se faz redução de impostos de modo vertical, ou seja, pontual, em produtos.

Na minha avaliação, o Brasil precisa de uma reforma ampla, uma reforma tributária e fiscal que permita à nossa indústria voltar a competir com outros países. E quando falo em indústria refiro-me àquela que manufatura, que transforma o produto, que agrega valor através da mão de obra, que agrega valor através de impostos.

No entanto, temos que reconhecer que essa medida provisória trouxe avanços na redução de impostos e, principalmente, na desoneração da folha de pagamento. O que na nossa região, o planalto norte em especial, mas não apenas na nossa região, como também na região oeste, que é um polo moveleiro como é a nossa região e outras regiões que têm...

Esses polos mais destacados tinham uma expectativa muito boa por conta da redução nesses setores. E ainda que específicos, mesmo assim, permitem pelo menos um alívio no que diz respeito a essa carga elevada de impostos especialmente à folha de pagamento.

Pois bem, quanto a essa medida provisória que foi editada, e já havia certa animação por parte das empresas, no decorrer da avaliação foi detectado que o setor moveleiro - construtor de móveis para escritórios, cozinha quarto e assim todos os outros segmentos lamentavelmente - tinha ficado fora não por intenção, mas porque na hora da edição acabou acontecendo o que não estava nos planos, o que não estava na ideia, o que não estava no debate da construção dessa medida provisória.

Então, quero ressaltar que quando foi detectada pelas empresas a dúvida de que o setor moveleiro não estaria contemplado, houve uma mobilização inicialmente por parte da Admóvel - Associação Brasileira de Fabricantes de Móveis no Brasil, que de imediato encaminhou a solicitação ao ministério da Fazenda. A partir de então houve uma mobilização. E quero destacar também a mobilização de pessoas ligadas ao setor, em especial de São Bento do Sul, que através de contato telefônico e por *e-mail* nos colocaram a par da situação. De imediato encaminhamos aos nossos deputados federais que estão em Brasília, que têm mais facilidade de tratar desses assuntos.

Quero ressaltar dois deputados que tiveram uma ação muito forte juntamente com as entidades de classe, o deputado Renato Molin, do Rio Grande do Sul, e o nosso deputado federal Esperidião Amin, de Santa Catarina, que fizeram com que o ministério da Fazenda compreendesse para retificar essa medida provisória. E esperamos que até o dia de amanhã o mais tardar possamos ter essa retificação contemplando assim o setor moveleiro não só de Santa Catarina, mas do Brasil todo.

Estamos falando em Santa Catarina, porque é onde estamos mais presentes; é aqui que estamos vivendo, trabalhando, defendendo os interesses de várias solicitações, de vários segmentos. E aqui o setor moveleiro vinha crescendo, evoluindo, baseado nas exportações, mas com a crise que afetou o Brasil, e não só pela crise internacional, mas a crise interna, também por falta de condições de competir, são mínimas as empresas que continuam exportando. E essa retomada no mercado interno dependia de algumas ações do governo federal, entre elas essa redução de impostos que aconteceu na Medida Provisória n. 563/2012 que agora foi retificada, incluindo a desoneração da folha de pagamento.

Então, por isso, quero registrar que o nosso pronunciamento no dia de hoje é para o lado positivo, é para o lado bom das coisas boas que estão acontecendo.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados aos PCdoB.

Com a palavra a deputada Angela Albino por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Muito obrigada, sr. presidente. Inscrevi-me para depois tratar especificamente da Resolução n. 72, do Senado. Mas não posso deixar de pincelar outras coisas que estão diretamente ligadas.

O governo do estado de Santa Catarina vive um momento muito complexo. E espanto-me que a base do governo não tenha sequer ocupado a tribuna em algum momento para tratar do tema.

Vivemos uma crise grave na segurança pública. E como era previsto, porque o governo repetiu os mesmos erros do ano passado, já se iniciou um processo que vai culminar com uma greve dos professores das escolas públicas do estado de Santa Catarina a partir de segunda-feira. E também temos essa perda enorme, gigantesca, de quase R\$ 1 bilhão nos cofres do estado.

Então, é preciso saber inclusive onde nascem essas crises, para sabermos para onde

elas caminham. Por exemplo, a crise que culmina com a Resolução n. 72 tem agora no senador Luiz Henrique da Silveira um ferrenho combatente. E ele tem obrigação disso, pois foi ele que botou o estado de Santa Catarina nesse risco quando instituiu o Complexo, o Pró-Emprego, sabendo dos riscos de inconstitucionalidade, sabendo da inconstitucionalidade dessas medidas. E não é, como já virou chavão, fazendo emprego na China que vamos contribuir para a economia de Santa Catarina. Amanhã ainda, tenho certeza, vários parlamentares da base do governo estarão, como eu estarei, lá na Fiesc discutindo o processo de desindustrialização que vive o país, principalmente aqui no estado de Santa Catarina, no sul do nosso país, na indústria moveleira, cerâmica, calçadista, pela vinda desses produtos chineses, eis que o nosso estado escancarou as portas através de programas inconstitucionais que o ex-governador Luiz Henrique da Silveira promoveu e que o atual governador, conhecendo os riscos, a inconsistência quanto à sua constitucionalidade, assumiu e manteve adiante, quando o Senado diz que não é possível ter isso, porque joga contra a indústria brasileira facilitar as importações de produtos chineses.

Como vocês aqui podem ser *contra* a Resolução n. 72? E lá no sul do estado, por exemplo, o que dizemos para as empresas ceramistas - porque agora não vemos mais cerâmica feita em Criciúma, vemos somente cerâmica feita na China - que botam o nome da Eliane ou da Cecrisa?

Também quero me reportar à outra bomba que volta do governo anterior. Raimundo Colombo vai assumindo um papel curiosamente de coadjuvante. Ele não é protagonista do seu governo. Ele ainda não assumiu o protagonismo do seu governo.

Vejam os senhores que a página da secretaria da Segurança Pública, do dia 13/04, estampa que o secretário César Grubba disse que Köppel, que foi quem fez a denúncia dos desmanches da quadrilha organizada que hoje atua dentro da secretaria da Segurança Pública, não tinha sido demitido. E trago para os senhores o *e-mail* em que ele recebe a notícia de que foi demitido. Então, quem é que mente neste governo? Quem está fazendo contrainformações neste governo? O que acontece na secretaria da Segurança Pública, que trocou um terreno bom, seco, atrás do Posto Tijuquinhas - e hoje pedimos informações sobre isso -, por outro ao lado do rio Inferninho, que alaga, que não é possível utilizar para nada.

Então, o que está acontecendo? Quem está no comando? Quando o governador vai finalmente assumir as rédeas deste governo?

Tivemos novamente uma condução desastrosa na discussão com os professores. Não foi imprudência, não foi deslealdade, foi, sim, falta de conversa.

Senhores, e vários de nós aqui somos sindicalistas, conversa não é botar meia dúzia e dizer que estão propondo isso.

O Sr. Deputado Edison Andrino - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Pois não.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Já fui prefeito desta cidade e tive o orgulho de implantar um plano de carreira, um estatuto de magistério e sei da dificuldade que é lidar com o setor de funcionários públicos, em função da falta de recursos. E v.exa. daqui a pouco

poderá chegar lá e vai olhar a coisa de outro ângulo.

O ex-ministro da Educação, atual governador do Rio Grande do Sul, que assinou o piso nacional, não consegue pagar o piso no Rio Grande do Sul.

Na Bahia que também é dirigida pelo PT, os professores estão há 11 dias em greve. E não estou fazendo nenhuma crítica a nenhum governador, mas esse é um problema nacional, e precisamos urgentemente discutir a questão do pacto federativo.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Deputado Edison Andrino, eu já me inscrevi em Explicação Pessoal e desde já convindo v.exa. para debatermos esse assunto, pois v.exa. tem muito para me ensinar e eu muito para ouvir.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário dos Partidos Políticos, o próximo espaço pertence ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. parlamentares, ouvi atentamente o pronunciamento da deputada Angela Albino sobre o problema da importação de produtos chineses, em decorrência do incentivo fiscal criado pelo então governador Luiz Henrique da Silveira.

Vejo-me na obrigação de discordar da ilustre deputada porque todos sabem que a grande maioria dos produtos importados da China não entra pelos portos de Santa Catarina, mas pelos portos de Santos e Manaus. Esses são os dois portos que mais recebem produtos chineses! Evidentemente que os nossos portos também recebem produtos vindos da China, mas não na quantidade avassaladora como ocorre nesses dois portos.

Sr. presidente, quero lamentar mais uma vez o momento pelo qual estamos passando no Congresso Nacional, com relação à aprovação da Resolução n. 72 do governo federal. Lamento como deputado e como cidadão catarinense, mas não questiono porque entendo que era necessário que mais cedo ou mais tarde isso acontecesse. O que o governo federal deveria ter feito e não fez, era estabelecer um período de transição, de adaptação a uma nova realidade que é difícil, principalmente para Santa Catarina.

Mas, sr. presidente, quero aproveitar este breve espaço para enaltecer o trabalho de uma das empresas que mais orgulham Joinville e Santa Catarina, a Fundação Tupy, que ontem anunciou a conclusão da compra de duas fábricas no México por US\$ 439 milhões, ou seja, R\$ 803 milhões, entrando, assim, no seleto grupo das multinacionais catarinenses. O negócio amplia a sua capacidade produtora em 55% e torna-a a maior fundição global de blocos e cabeçotes de ferro.

A Tupy adquiriu a Cifunsa Diesel e a Technocast, ambas controladas pelo Grupo Industrial Saltillo. Ela continuará com as unidades saudáveis em plena atividade, que agora terão a marca Tupy e um gestor local, que já atua no grupo.

O presidente da companhia, Luiz Tarquínio Sardinha Ferro, participou do anúncio da troca do controle acionário das duas unidades no México.

Fiz questão de fazer este registro porque a Fundação Tupy dá emprego para cerca de 9.500 pessoas e com a conclusão desse

novo negócio terá mais 3.300 trabalhadores, o que, evidentemente, é motivo de orgulho para todos nós, da região norte e nordeste de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não!

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Obrigado, deputado Nilson Gonçalves, como sempre os seus discursos são cheios de conteúdo e fundamento, e quero parabenizá-lo pela manifestação e dizer que a empresa tomou um decisão inteligente de fazer investimentos no México. Não poderia dar essa mesma convalidação se esse investimento fosse na Argentina, onde o risco seria muito grande. Então, a empresa tomou uma decisão inteligente!

Parabéns pelo pronunciamento de v.exa., mais uma vez.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Aliás, assistimos à Argentina fazendo o que está fazendo e sabe Deus que rumo esse país vizinho nosso vai tomar, ou está tomando. Sabe Deus o que vai ser de um país tão rico, praticamente nosso irmão, tão próximo de nós. E com os desastros que se cometem lá, sabe Deus o que vai dar, com a economia globalizada, com o mundo globalizado como está e com as iniciativas que estão sendo tomadas por lá. Sabe Deus no que vai dar!

Quero aproveitar o pequeno espaço que ainda tenho, sr. presidente, para deixar registrado aqui um abraço todo especial à Maternidade Darci Vargas, de Joinville, que completou 65 anos de existência.

A Maternidade Darci Vargas, em 1994 recebeu o título de hospital Amigo da Criança, reconhecido pelas Organizações das Nações Unidas - ONU, e pela Organização Mundial da Saúde - OMS. Dois anos depois se tornou a primeira do Brasil a ser considerada maternidade segura pelo ministério da Saúde. E, hoje, a instituição tem grande importância na região norte de Santa Catarina, fazendo mais de 5.700 partos por ano, o que é motivo de orgulho não só para o seu corpo de funcionários, mas para todos nós do município de Joinville.

Não poderia deixar de citar aqui também a dra. Raquel Pereira, que foi uma das grandes gestoras daquela maternidade e também de transmitir o meu abraço aos 525 profissionais que trabalham naquela maternidade.

Quero que fique registrado o orgulho que sentimos pelos 65 anos de trabalhos voltados a nossa Joinville e a toda região, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Para que possamos ter a presença dos srs. deputados, vamos suspender a sessão até as 16h, quando retornaremos com a Ordem do Dia.

Esta suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio)(Faz soar a campainha.) - Está reaberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0006/2012, de autoria do Ministério Público,

que cria promotorias de Justiça, cargos de promotor de Justiça e cargos de assistente de promotoria de Justiça na estrutura orgânica do Ministério Público do estado e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será no painel eletrônico.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria, e os que votarem "não" rejeitam-na.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Permita-me, sr. presidente, fazer uma referência a este projeto. Trata-se de todo um debate acontecido com a OAB de Chapecó e de Santa Catarina. No dia 26 de abril, do ano passado, fizemos uma audiência com o procurador-geral; dia 28, aprovamos em plenário, na Assembleia. Também é uma indicação e, no dia 15 de dezembro, novamente, discutimos esse assunto com o procurador-geral de Justiça, e no dia 14, então, deu entrada nesta Casa.

Portanto, queremos reconhecer a importância desse projeto, tanto no que se refere à celeridade dos processos, como também na garantia do acesso à Justiça. Já foi votado, no dia de ontem, e peço novamente aprovação para a segunda votação.

Muito obrigada.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Solicitaria aos deputados que se encontram, provavelmente, em seus gabinetes, para que compareçam no plenário para votar as matérias que constam da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está aberto o painel eletrônico.

(Procede-se à votação no painel eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADO DIETER JANSSEN	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Votaram 23 srs. deputados.

Temos 23 votos "sim", a matéria está aprovada em segundo turno.

Os vetos não serão votados hoje porque não há ainda consenso sobre as matérias a serem deliberadas. Conforme entendimento dos líderes, só terá votação quando houver entendimento para a matéria tramitar.

Consulto os srs. líderes se podemos votar hoje o Projeto de Lei n. 0550/2011, que está fora de pauta, pois ficou pronto nas comissões hoje.

(As lideranças aquiescem.)

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0550/2011, de autoria do deputado Mauro de Nadal, que denomina rodovia David Luiz Sarzi, o trecho da rodovia estadual SC-492, que liga o município de Barra Bonita à BR-163.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Transporte e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, as Indicações n.s: 0161/2012, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0162/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0163/2012, 0164/2012 e 0165/2012, de autoria do deputado Darci de Matos.

Também comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0379/2012, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0380/2012 e 0383/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0381/2012 e 0382/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Moção n. 0017/2012, de autoria do deputado Ismael dos Santos, a ser enviada ao reverendo Haroldo Kusma, manifestando reconhecimento pela celebração dos 17 anos de promoção espiritual e social na cidade de Blumenau.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Não sei se estou enganado, mas se estiver já peço perdão a v.exa., pois tenho a sensação de que v.exa. não colocou em votação aquele último projeto que estava no painel, que dava nome a uma rodovia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Votei, deputado!

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Então, houve uma pequena desatenção, sr. presidente, ou a sua rapidez foi realmente fenomenal. De qualquer maneira, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está votado e aprovado, deputado.

Temos um requerimento dirigido aos srs. líderes, que solicita a suspensão da sessão para que a sra. Adriana Maria Antunes de Souza, representante da Fetraf, possa usar a tribuna por até dez minutos.

(As lideranças aquiescem.)

Está suspensa a sessão por até dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, gostaria de cumprimentar a Adriana, todos os agricultores familiares, os trabalhadores assentados que fizeram, hoje, na capital, uma bela mobilização, ordeira, muito respeitosa e também o vice-governador que recebeu as lideranças, pela manhã, no Palácio do Governo.

Quero agradecer e parabenizar a Adriana e toda a equipe, as organizações, que estiveram aqui, nesses dois dias, nessa grande mobilização, buscando ajuda para a agricultura familiar.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, também quero aproveitar para saudar a Adriana pelo pronunciamento, o deputado Dirceu Dresch pela defesa que faz da agricultura familiar.

Ainda quero registrar a presença dos vereadores de Planalto Alegre e de Itapema, que estão participando do encontro promovido pela Uvesc - União dos Vereadores do Estado de Santa Catarina.

Quero agradecer sua presença nesta Casa.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Deputado Reno Caramori, eu quero também cumprimentar a Adriana, que vem a esta Casa falar em nome dos agricultores. Ela levantou alguns problemas que merecem, sem dúvida nenhuma, serem revistos. Primeiramente, a questão da estiagem, que o oeste de Santa Catarina sofre. Precisamos fazer alguma coisa para minimizar esse prejuízo antes que ele aconteça. Em segundo lugar vem a questão das agroindústrias familiares. Claro que os benefícios da grande indústria são, às vezes, incalculáveis e necessários. Mas precisamos, deputado Reno Caramori, pensar também na pequena agroindústria, e é bem verdade que se os tributos forem iguais, sem aquela possibilidade do ressarcimento lá na frente, não se cria nenhuma.

Então, quero ser parceiro nisso. E tenho certeza de que, se levamos uma boa proposta ao governador do estado Raimundo Colombo, ao vice-governador Eduardo Pinho Moreira, poderemos construir, deputado Manoel Mota, uma proposta para as pequenas agroindústrias de Santa Catarina terem um tributo diferenciado. Motivos e argumentos, nós temos de sobra. E acho que não vamos contribuir apenas com a pequena indústria, mas com o produtor e com o consumidor, porque essas pequenas indústrias vão estar mais perto, tendo-se mais facilidade para distribuir esses alimentos.

Quero cumprimentar a Adriana e dizer a todos que sou parceiro em buscar uma solução para esses dois assuntos importantíssimos que ela trouxe à tribuna desta Casa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Moacir Sopelsa.

Também queremos agradecer a bela fala espontânea, com conhecimento da Adriana, pois realmente é disso que precisamos, de lideranças que entendam e que possam defender o nosso homem do campo, o pequeno agricultor familiar, porque sabemos - e é consciência dos governos - da importância da agricultura familiar.

Até porque as leis trabalhistas estão criando dificuldades para que o homem do campo possa contratar mão de obra, e aí sobra para a família a dedicação exclusiva na produção de alimentos, quer animais ou vegetais, no interior.

Mas, como bem disse o deputado Moacir Sopelsa, precisamos de um projeto que venha realmente dar oportunidade aos nossos agricultores de criarem as suas pequenas agroindústrias dentro dos esquemas normais e legais, produzindo bens.

Srs. deputados, passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrita para falar a deputada Angela Albino, a quem concedemos a palavra.

(Pausa)

Na ausência da deputada Angela Albino, concedemos a palavra à deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar o sr. presidente, as sras. deputadas e os srs. deputados.

Faço menção à audiência que tivemos no dia de hoje que contou com a presença do vice-governador, do secretário de Agricultura, de representantes dos movimentos sociais ligados à luta pela terra e pelo campo e da agricultura familiar, onde discutimos a pauta que envolve tanto o problema da estiagem como também as condições de sobrevivência dos agricultores familiares em Santa Catarina.

E penso que nesse sentido há grandes desafios para que o governo possa de fato ter uma política de apoio ao homem e à mulher do campo. E a Adriana trouxe com muita propriedade alguns elementos, tanto o pagamento dos serviços ambientais, como também a sucessão das propriedades e o problema da estiagem, com sentimento.

Quero também fazer menção ao Dia do Índio, que se comemora no dia 19 de abril. Como não poderei me manifestar no dia de amanhã, quero apenas dizer que tivemos muitas conquistas na luta pela demarcação das terras indígenas, pelo reconhecimento dos povos indígenas, mas há necessidade de enfrentar alguns debates presentes que dificultam o acesso à qualidade de vida dos indígenas.

Nesse campo, destaco o problema da assistência social à saúde das comunidades indígenas que estão sofrendo muito com as mudanças realizadas pela Funai, porque muitos ficaram em situação de desamparo.

Então, também, vamos fazer um acompanhamento para que esse quadro possa mudar para que os índios possam ter mais condições de qualidade de vida e de saúde.

Eu não poderia deixar de me manifestar com relação à greve anunciada e decidida no dia de ontem pela categoria dos professores, numa assembleia extremamente representativa e que deflagra esse movimento a partir de segunda-feira.

Também quero trazer aqui um documento assinado pelo secretário adjunto da Educação e o secretário de estado na época, sr. Marco Antônio Tebaldi, do dia 3 de junho de 2011, solicitando a indicação de um grupo de trabalho para definir a proposta aos professores, ou seja, houve a indicação desses quatro representantes.

Também, na proposta acordada, que foi levada aos professores com data de 15 de junho, assinada pelo governo do estado, o secretário adjunto e o secretário de estado da Educação, eu destaco o item 5, que diz o seguinte: "Realizar o reajuste do valor do Piso Nacional do Magistério de acordo com o disposto na Lei n. 11.738/2008." Vejam bem, realizar o reajuste do valor do piso de acordo com a lei. Está aqui a proposta assinada pelo governador.

Também, no item 6, coloca-se a formação de um grupo de trabalho para realizar, no prazo máximo de 120 dias, prorrogável por mais 60, estudos para recomposição da tabela da carreira do Magistério a partir de janeiro de 2012.

Isso está aqui, e foi assinado pelo governo do estado e as duas autoridades máximas da Educação. Está bem claro, janeiro de 2012 e não abril de 2012, agosto de 2012 ou dezembro de 2013.

Então, quero dizer que os professores estão, sim, tendo muita paciência

nessa negociação. E digo isso porque muitas pessoas perguntam se há dinheiro para pagar o piso. Essa é uma pergunta que tem várias óticas. Eu poderia dizer que não é um dinheiro que quebra o estado. Depende de como se vai interpretar esses números. Mas os números estão ali, para analisarmos.

Para termos uma ideia, temos apontado aqui nesta Casa que, dos 25% da Educação, apenas 22,57% foram aplicados. Mas 2,43% não foram aplicados na manutenção e desenvolvimento da Educação.

Portanto, se considerarmos isso, no período que vai de 2006 até 2010, o estado está devendo para a Educação R\$ 1,21 bilhão. Dá quase o valor do Fundeb. De onde vem esse dinheiro? Vem do pagamento dos inativos. Então, eu posso dizer que não tem dinheiro, porque foram pagos os inativos. Mas eu posso dizer que tem dinheiro, porque os inativos não podem ser pagos com os 25% da Educação. Os inativos têm que ser pagos com o caixa geral do estado.

Por isso, de forma muito tranquila, quando me perguntam se tem recurso? Eu digo que tem recurso, mas precisa haver decisão política.

O governo pode dizer: "Mas se dermos para a Educação, teremos que dar para as demais categorias". Bom, mas aí é um problema do gestor. O gestor foi eleito para negociar, estabelecer diálogo.

Os professores estão lutando pelo seu direito legítimo, pelo cumprimento de uma lei, de um acordo que foi assinado pelos nossos governantes. E nós precisamos que este governo dê respostas em 2012, porque, se o reajuste no ano que vem for de 28%, até quando vai esse pagamento? Até 2013, 2014, 2015? Até quando? Termina o governo, entra outro e como fica?

Quero levantar outra questão, porque a todo momento tem deputado provocando-nos porque o Rio Grande do Sul não paga o piso. Gostaria muito que fizéssemos um debate e trouxéssemos a questão do Rio Grande do Sul. Não há problema nenhum de trazer à tona a questão do Rio Grande do Sul. Mas quero, então, discutir tudo com relação ao Rio Grande do Sul, porque lá o agricultor atingido pela estiagem está recebendo do governo do estado R\$ 500,00 por propriedade! No Rio Grande do Sul está em vigor uma lei que aqui ainda não foi aprovada, determinando que todos os produtos da alimentação escolar são isentos de ICMS. Pois bem, se vamos falar do Rio Grande do Sul, vamos discutir no geral!

Então, este governo tem que dizer que vai abrir mão de ser gestor deste estado e que vai transferir a administração do Rio Grande do Sul para cá! E nós, que somos deputados eleitos para fiscalizar e legislar nesta Casa, vamos para o estado vizinho, invertendo os papéis. Isso me incomoda? Não! Não me incomoda nem um pouco! Mas eu gostaria que os deputados me respondessem por que estão abrindo mão de discutir o problema da educação em Santa Catarina! Por quê? Estão abrindo mão dos seus mandatos para poderem comparar-se ao Rio Grande do Sul? Se é assim, quero comparar a educação do Distrito Federal, do Amapá, de São Paulo, enfim, quero comparar todos os problemas e soluções do país neste Parlamento.

Parece-me, sr. presidente, que os pais e professores não estão preocupados se o governador Tarso Genro, do Rio Grande do Sul, está com dificuldades de cumprir o piso salarial, porque assumiu um governo quebrado,

com um piso à época de R\$ 400,00. Em Santa Catarina, quando Raimundo Colombo assumiu, o piso era de R\$ 730,00. Assim, mesmo com um aumento de 90%, o estado gaúcho tem dificuldade de chegar a um piso decente.

Podemos discutir isso, mas eu sou deputada de Santa Catarina e quero discutir prioritariamente as responsabilidades que me cabem neste estado.

Muito obrigada, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, todos os que acompanham pela TVAL e pela Rádio AleSc Digital a sessão desta quarta-feira à tarde.

Quero registrar a realização de um evento que vai ocorrer no próximo sábado: a formatura de mais 331 soldados, novos policiais militares que ingressam na corporação. E faço esse registro na tarde de hoje, sr. presidente, porque no próximo final de semana estarei viajando em função de um compromisso político, de forma que, excepcionalmente, não participarei da formatura que ocorrerá no centro de ensino da Polícia Militar, na Trindade.

Quero parabenizar o comandante-geral da PM, a direção do centro de ensino, a secretaria da Segurança Pública e o governador do estado por mais essa formatura. Desde o ano passado vimos tendo esses eventos e continuaremos tendo ao longo de 2012, inclusive com novos ingressos e a realização de novos cursos, num trabalho de recuperação do efetivo das instituições de segurança.

Aproveito o momento para repetir algo que tenho afirmado em alguns lugares sem receio e sem preocupação: nesse aspecto o governo de Raimundo Colombo me surpreendeu positivamente, porque eu achava que teríamos mais restrições nessa área do que estamos tendo. O governador Raimundo Colombo mandou contratar 1.000 policiais militares no ano passado. Não se conseguiu esse total por conta da falta de estrutura da instituição e por falta de jovens interessados em ingressar na PM. O governador autorizou também novos ingressos na Polícia Civil, no Corpo de Bombeiros Militar, no Instituto Geral de Perícias e no sistema prisional.

É claro que isso não quer dizer que esteja tudo resolvido, tudo certo e que o governo Raimundo Colombo tem uma política geral de fortalecimento do serviço público porque isso não é verdade. Temos debatido e questionado a questão da saúde, na qual o governo tem como linha mestra a entrega da administração dos hospitais públicos às organizações sociais. Temos contestado essa política e, inclusive, o Poder Judiciário tem contestado também, mas infelizmente ela continua em curso no estado de Santa Catarina, porque o SindSaúde entra com uma ação judicial, tem ganho de causa, mas o governo contesta e derruba a decisão.

Na área da educação, estamos vendo um processo de empobrecimento, de enfraquecimento do Magistério Público Estadual.

Mais da metade dos professores do estado hoje é admitida em caráter temporário, que são os ACTs. É uma situação absurda! Entra em fevereiro ou março para ficar

desempregado em dezembro, sem a perspectiva e a garantia de que vai conseguir o emprego novamente em março.

Então, se é esse o tratamento que se está dando aos trabalhadores da educação, já se pode avaliar qual a educação que o governo está apostando. Está apostando que todos os pais gastem o pouco dinheiro que têm para pagar uma escola particular para ter educação para o seu filho, porque essa não é a forma de tratar a educação de uma sociedade que precisa ser de qualidade, precisa ser pública, precisa ser laica, precisa ser forte.

Agora, segundo declaração e deliberação em assembleia realizada na tarde de ontem, o Magistério estadual entrará em greve a partir da próxima segunda-feira. Participei da assembleia, aliás, participarei, se puder, de todas as realizadas pelos trabalhadores, para ouvir os argumentos, o sofrimento, a angústia de professores e professoras diante de uma situação que eles não queriam, que era a greve. Talvez eles precisassem estar em um momento diferente. Por outro lado, se não entrarem em greve pode caducar a lei do piso nacional e aí definitivamente nunca mais seriam tratados com respeito.

Essa é a realidade do estado de Santa Catarina. Fiz essas observações para deixar clara a nossa posição com relação a isso.

Na área da segurança, no entanto, pela forte pressão que a sociedade tem feito nos últimos anos em cima das autoridades do governo quando eram candidatas e agora depois de eleitas pedindo mais segurança, tem havido contratação acima daquilo que esperávamos que acontecesse, em cima daquilo que todos os policiais, os gestores, os diretores e as autoridades dessas áreas talvez esperassem.

Evidentemente que não estou dizendo que está tudo resolvido, até porque precisa continuar essa política talvez por mais uns dez anos, para que recuperemos aquilo que tínhamos em termos de segurança pública na década de 80, há 30 anos.

Para fortalecer a Segurança Pública é preciso que os servidores sejam valorizados. E aí temos uma recuperação salarial tímida, lenta, que talvez quando acontecer já esteja ultrapassada. Temos ainda a possibilidade e a necessidade de crescermos muito em termos de carreira, para que não tenhamos nenhum servidor da Segurança Pública que permaneça mais do que dez anos na mesma graduação, na mesma função. A realidade é que há companheiros na corporação com mais de 20 anos na mesma graduação. Creio que isso não acontece em uma empresa particular, ou seja, da pessoa ficar 20 anos cumprindo exatamente a mesma tarefa, a mesma função e com o mesmo vencimento.

Então, isso tudo é preciso discutir e há muito que se avançar.

Participamos das audiências públicas realizadas na semana passada no oeste e no extremo oeste do estado e pudemos constatar a disputa que há das autoridades regionais, dos prefeitos, dos secretários regionais, dos delegados e dos coronéis para ver com quantos desses novos policiais poderão contar a partir de agora, e são 331, em média dá pouco mais de um para cada cidade. Evidentemente que não resolve o problema, pois algumas cidades receberão mais do que isso e outras cidades não receberão nenhum desses novos policiais. Mas outras contratações haverá ainda de acontecer este ano.

Queremos parabenizar todos, especialmente os formandos, os novos policiais militares, os familiares e desejar uma carreira plena de realizações e que consigam efetivamente cumprir os 30 anos de serviço com dignidade, recebendo um salário e uma carreira quiçá melhor do que a minha geração pode ter, torcendo e desejando que atravessem os 30 anos na área da Segurança Pública sem serem acometidos por nenhum atentado que possa custar-lhes muito caro à saúde ou perda da própria vida, o que tem sido cada vez mais comum na sociedade brasileira.

Por último, não há como não falar, refletir sobre as polêmicas e os conflitos na cúpula da Segurança Pública, o que é lamentável para todos os trabalhadores da área. Alguém precisa responder pelos possíveis desmandos relativos ao leilão de sucatas, de veículos apreendidos que estavam sob a responsabilidade do poder público estadual.

É preciso que tudo seja apurado tintim por tintim, mas é lamentável que isso não tenha acontecido no âmbito interno, sem que precisasse estar na imprensa todos os dias. Porque esse fato de um acusar o outro, de uma cúpula, de uma instituição acusar a outra, com certeza enfraquece o conjunto da Segurança Pública e cada vez mais é motivo para a criminalidade crescer em nosso estado, o que é lamentável.

Se continuar dessa forma, com um setor acusando o outro, daqui a pouco a sociedade começará a pensar que todas as duas partes estão com a razão. E daí se perderá toda a credibilidade do sistema de Segurança Pública do estado de Santa Catarina, o que será um caos. Então, é preciso que as autoridades competentes, o próprio governador tome as rédeas dessa situação e busque resolvê-la no menor tempo possível, a fim de que todo o esforço seja recompensado.

Precisamos avançar, em algumas coisas temos crescido e em outras estamos parados ainda. E sobre essas questões específicas é preciso que seja tomado um direcionamento, uma decisão de governo para superar esses conflitos e para que todos os esforços possam ser somados para a defesa da Segurança Pública que tanto a sociedade catarinense precisa.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Valmir Comin, do Partido Progressista, grande representante do sul do estado, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente Reno Caramori, meu companheiro de bancada, amigo Dieter Janssen, irei tecer aqui um comentário relacionado ao assunto que vou discorrer posteriormente a respeito das rodovias de Santa Catarina e da audiência de hoje, na comissão de Finanças e Tributação, que contou com a presença do secretário da Fazenda, Nelson Serpa, do secretário da Infraestrutura, Valdir Cobalchini, deputado estadual, e também do secretário da Administração.

(Passa a ler.)

“A região sul acompanhou, desde a última quinta-feira, uma série de acidentes graves que resultaram na morte de três pessoas na SC-446, que liga Criciúma a Orleans, e na SC-438, que liga Orleans a Lauro Müller.

Entre as fatalidades, no sábado, Lauro Müller perdeu o radialista Sandro de Souza, da Rádio Cruz de Malta. Sandro conduzia seu Ford Ka quando colidiu de frente com uma caminhonete Ford F-250. Com a batida, o carro do radialista foi arremessado para fora da pista, caindo em um barranco. O local em que o Ford KA parou dificultou muito o trabalho de retirada das vítimas. Mais de 20 profissionais, entre equipes do Samu, soldados do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar Rodoviária atuaram com muita garra e determinação no resgate das vítimas.

De acordo com testemunhas que presenciaram o acidente, o motorista da caminhonete, que seguia sentido Lauro Müller/Orleans, estava ultrapassando dois veículos quando veio a colidir com o carro conduzido pelo radialista.

Já na segunda-feira toda a região carbonífera acordou entristecida com a morte do jovem Helon Vasconcelos dos Santos, filho do nosso amigo Pedro dos Santos, empresário e líder comunitário do bairro Monte Negro, na nossa querida Siderópolis. Aos 27 anos, Helon perdeu a vida após sair da pista e capotar várias vezes seu Astra. Ele fazia parte da dupla sertaneja Helipe e Helon que estava prestes a lançar seu primeiro DVD gravado ao vivo recentemente em Forquilha.”

Fiz questão de relatar esse episódio, sr. presidente, porque fatalidades como essas ocorrem frequentemente nas SCs, o que não é diferente das rodovias federais, como, por exemplo, a BR-470, a BR-280 e também a BR-101.

Mas o mérito da vinda dos três secretários hoje na comissão de Finanças e Tributação, a pedido do deputado Gilmar Knaesel, está relacionada ao empréstimo de R\$ 611 milhões junto ao BNDES, com juros de TJLP, que vai chegar em torno de 7,9% ao ano, dois anos de carência e 13 anos para pagar. Recursos esses que serão destinados à melhoria da infraestrutura, recuperação, restauração, reabilitação e humanização das rodovias catarinenses, deixando de fora os novos acessos, pois isso seria de outra vertente.

Recursos também para a implementação da fibra ótica no estado de Santa Catarina, levando às comunidades mais distantes, dentro da linha de inclusão social. E também recursos para os encaminhamentos nas áreas da Defesa Civil, por consequência das catástrofes ocorridas recentemente no estado de Santa Catarina.

Na ocasião, fiz alguns questionamentos com relação a essa questão de fibra ótica e perguntei ao secretário da Administração se conhecia as reais condições dos processos de concessão da telecomunicação no Brasil, em qual ponto é competência da união e das empresas operadoras de telefonia no país e qual é a competência do estado. Porque, afinal de contas, se há a fibra ótica e estamos ainda oferecendo recursos para mais investimentos, qual a contrapartida que temos nesse processo? E por que não desencadear as PPPs, já que essas operadoras são empresas privadas e com isso poderemos potencializar e levar a inclusão social, a era digital, às comunidades mais longínquas do estado, nos rincões, nas grotas de Santa Catarina?

Outro questionamento também que fiz ao secretário Valdir Cobalchini foi com relação à medida imposta pelo Deinfra no que se refere à não-permissão de rodar nas estradas catarinenses os bitrens, rodotrens e

caminhões e se parte desses recursos seriam utilizados, pois se fala muito em restauração, fala-se muito em reabilitação, em humanização. Mas eu falo em repotencialização dessas rodovias, ou seja, aumentar a capacidade delas, permitindo o acesso de mobilidade no tráfego das terceiras faixas, adequando os entroncamentos, as rótulas, as vias de acesso às nossas principais cidades e aos corredores que transportam a economia do estado de Santa Catarina.

É claro que isso é uma consequência da negligência de vários governos, da omissão de vários governos, mas, afinal de contas, os bitrens já estão há mais de dez anos rodando no país, não é mesmo deputado Reno Caramori?! Auferidos pelo Inmetro, com a permissão da ANTT, e pagando seus impostos! Centenas e milhares de pessoas jurídicas, pessoas físicas contrairam financiamento e com valores muito altos, sacrificando o seu bem-estar, privando-se das suas necessidades, às vezes, para poder tirar o seu sustento, e de uma hora para outra simplesmente é cerceado o direito de trafegar nas rodovias.

Entendemos ser uma atitude radical e imposta, mas preciso aqui ressaltar a sensibilidade do secretário Valdir Cobalchini, que tem sido parceiro nesse processo, e a participação efetiva da Fetranesc em buscar e aprofundar esse debate juntamente com este Parlamento, para sensibilizar o governo, a fim de que possamos dar condições de trafegabilidade a esse tipo de equipamento.

Penso que está comprovado, estatística, científica e tecnicamente que um bitrem causa menos transtorno na rodovia do que um caminhão comum, porque dilui o peso entre os eixos. E se estamos pensando num estado eminentemente exportador, agregador de valor, que tem o seu sistema modal totalmente equivocado - a exemplo do Brasil, que deveria ser ferrovias e portos, mas não praticamente em cima de rodovias, onerando o custo Brasil, que está hoje em R\$ 110,00 por tonelada -, se não bastasse isso, há agora a não-permissão de rodar os bitrens no estado de Santa Catarina.

O milho, para vir do Mato Grosso ao oeste de Santa Catarina, chega ao bitrem a R\$ 18,00 por tonelada e num caminhão normal a R\$ 33,00 ou R\$ 34,00, tornando inviável, inacessível. É um disparate, uma desproporção sem igual! E não podemos permitir que esse tipo de atitude seja imposta em Santa Catarina. Inclusive com algumas penalidades e infrações de multas, sem amparo legal, porque não há lei, decreto nem resolução tratando desse assunto. E isso oportuniza um gancho para que a Fetranesc ou qualquer proprietário desse tipo de equipamento entre com uma ação contra o estado de direito.

Então, sr. presidente, faço uso desta tribuna até como presidente da comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano e também como membro da comissão de Orçamento para fazer um apelo ao governo. E tenho certeza, isso foi dito aqui pelo próprio secretário Valdir Cobalchini, de que os técnicos também já estão mais sensibilizados com essa situação. E a recomendação da Fetranesc e também do Parlamento é de que continuem rodando os bitrens por todo o estado de Santa Catarina.

Esperamos que ainda esta semana tenhamos um desfecho nessa situação, para que possamos regularizar e dar segurança jurídica a esses agueridos empresários, empreendedores catarinenses e pessoas físicas, que são ousados, que acreditam na

pujança deste estado, no sentido de que possam trabalhar com tranquilidade e com segurança.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, deputado.

Srs. deputados, cumprindo um dever de parlamentar do vale da região do peixe, quero informar que na data de ontem esteve nesta Casa, almoçando inclusive com a bancada do Partido Progressista, o prefeito de Pinheiro Preto, juntamente com a rainha e as princesas dos festejos dos 50 anos daquele município.

O prefeito deveria se apresentar para fazer o convite oficial, mas como temos uma resolução da Casa em que os requerimentos devem ser apresentados com 24 horas de antecedência, entendi que estaria infringindo o próprio Regimento Interno desta Casa. Então, não pudemos dar oportunidade ao prefeito, à rainha e às princesas de se pronunciar em respeito às determinações legais.

Por isso faço hoje, em nome do prefeito Eusébio Calisto Vieceli, em nome das rainhas e das princesas, o convite para visitarmos a nossa querida Pinheiro Preto, onde temos, deputado Valmir Comin, que fez referência às ferrovias, o túnel que foi construído em 1909, inclusive com dispositivo para interditar a ferrovia em caso de guerra; um

dispositivo para que fossem colocados ali as dinamites, por uma questão de segurança de estado, estados do sul com os estados do oeste.

Farei um pequeno preâmbulo do que é Pinheiro Preto e o porquê do nome.

(Passa a ler.)

“Um robusto pinheiro, que permanecia em pé diante de grandes queimadas, hora preto pelo efeito do fogo, hora verde por sua vitalidade, deu o nome ao município. Durante a construção da estrada de ferro São Paulo/Rio Grande e em seus primeiros anos de operação, esse pinheiro servia de referência e localização, na época conhecido pelos viajantes como ‘Estação do Pinheiro Preto’.

A construção da estrada de ferro teve relevante importância na história do município, pois alguns trabalhadores se fixaram ao longo da ferrovia, permanecendo no local mesmo após sua conclusão. Depois chegaram os colonos de origem italiana, que começaram a explorar a agricultura e, posteriormente, a fruticultura, com a produção de uva, pêssego e maçã.

Hoje, a tradicional dedicação ao cultivo de videiras e à produção de vinho transformaram o município na Capital Catarinense do Vinho.

Pinheiro Preto completa 50 anos e traz na sua história o sabor de um excelente vinho e a alegria de seu povo.”

Portanto, o nosso prefeito e a Câmara de Vereadores, através deste Parlamento, têm a honra de convidar os catarinenses para participarem dos festejos alusivos aos 50 anos de emancipação político-administrativa do município de Pinheiro Preto.

Parabéns, Pinheiro Preto! Parabéns a sua gente! Parabéns àqueles que gostam de apreciar um bom vinho.

Por isso, temos razão sempre que defendemos o produto catarinense, os vinhos de Santa Catarina, tanto os vinhos de mesa, os vinhos mais comuns, quanto os vinhos de altitude. Pinheiro Preto hoje mantém mais de 20 cantinas oficializadas, além das pequenas agroindústrias e dos pequenos produtores que, além de fiscalizados e orientados pela Epagri, têm a fiscalização do ministério da Agricultura. Por isso temos a garantia de saborear um bom produto de Santa Catarina.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje à noite, às 19h, em homenagem à SC Transplantes.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA MESA DL

ATO DA MESA Nº 018-DL, de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Gilmar Knaesel para ausentar-se do País, no período de 26 de abril a 8 de maio do corrente ano, para conhecer o sistema Político Legislativo do Estado da Califórnia, nos Estados Unidos da América.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 25 de abril de 2012

Deputado Gelson Merisio - Presidente

Deputado Jailson Lima - 1º Secretário

Deputado Reno Caramori - 2º Secretário

*** X X X ***

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 214, de 25 de abril de 2012

Altera o Quadro de Detalhamento de Despesa do Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo nos incisos XVIII e XIX e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º Fica anulado parcialmente na importância de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), na atividade abaixo discriminada, o seguinte elemento de despesa:

01000		ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO	
01001		ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO	
Atividade	01.031.0960.0231.1144		
Elemento/Fonte	339039 - 100	R\$	300.000,00
Sub-total		R\$	300.000,00
Atividade	01.031.0960.0231.1369		
Elemento/Fonte	339039 - 100	R\$	100.000,00
Sub-total		R\$	100.000,00
Total		R\$	400.000,00

Art. 2º Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica suplementado na atividade abaixo discriminada, o seguinte elemento de despesa:

01000		ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO	
01001		ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO	
Atividade	01.031.0960.0231.1144		
Elemento/Fonte	339092 - 100	R\$	300.000,00
Sub-total		R\$	300.000,00
Atividade	01.031.0960.0231.1369		
Elemento/Fonte	339092 - 100	R\$	100.000,00
Sub-total		R\$	100.000,00
Total		R\$	400.000,00

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 215, de 25 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO os Atos da Mesa nº 149 e 150 de 03 de abril de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 216, de 25 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR a servidora **SINARA LUCIA VALAR DAL GRANDE**, matrícula nº 2169, da função de Chefia de Seção - Apoio

Operacional, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 18 de abril de 2012 (DA - Coordenadoria de Licitações e Contratos).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Reno Caramori - Secretário
Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 217, de 25 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR a servidora **SINARA LUCIA VALAR DAL GRANDE**, matrícula nº 2169, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Chefia de Seção - Pesquisa, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 18 de abril de 2012 (MD - Consultoria Legislativa).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Reno Caramori - Secretário
Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 218, de 25 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1570/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor **ADIEL FERNANDES CIPRIANO**, matrícula nº 1449, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-53, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 1,67% (um vírgula sessenta e sete por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-5, 90% (noventa por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-3 e 8,33% (oito vírgula trinta e três por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-2 do grupo de atividades de função de confiança, até o total de 100%, com eficácia financeira a contar de 1º de maio de 2012. Por ser ocupante da Função de Confiança de Chefia Assessoria Técnica-Administrativa - Manutenção de Equipamentos, código PL/FC-2, deverá fazer opção, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Reno Caramori - Secretário
Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 219, de 25 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1647/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor **ANTONIO CARLOS VIEIRA JUNIOR**, matrícula nº 1556, ocupante do cargo de Consultor Legislativo I, código PL/ASI-60, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 10% (dez por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-3 e 40% (quarenta por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, até o total de 100%, com eficácia financeira a contar de 1º de maio de 2012. Por ser ocupante da Função de Confiança de Assessoria Técnica-Administrativa - Suporte Técnico, código PL/FC-2, deverá fazer opção, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Reno Caramori - Secretário
Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 220, de 25 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1567/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **ZILÁ FALCK BORTOLINI**, matrícula nº 1959, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-59, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 40% (quarenta por cento) da diferença do valor do vencimento de seu cargo efetivo e o vencimento do cargo em comissão, código PL/DAS-6, do Grupo de Atividades de Direção e Assessoramento Superior, até o total de 100%, incluindo percentual já agregado pela Resolução nº 756/1996, de 03/09/1996, com eficácia financeira a contar de 01 de maio de 2012. Por ser ocupante da Função de Confiança - Assessoria técnica-administrativa - Redação Final e de Autógrafos das Proposições, código PL/FC-2, deverá fazer opção, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Reno Caramori - Secretário
Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 221, de 25 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0435/2012,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **ROSANE CHEREM DE ABREU**, matrícula nº 2051, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-54, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 100% (cem por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, com eficácia financeira a contar de 1º de abril de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Reno Caramori - Secretário
Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 222, de 25 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2600/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **DIVA GUIMARÃES DE CERQUEIRA CINTRA**, matrícula nº 1366, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-64, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 1,67% (um vírgula sessenta e sete por cento) da diferença do valor do vencimento de seu cargo efetivo e o vencimento do cargo em comissão, do Grupo de Atividades de Direção e Assessoramento Superior; 0,83% (zero vírgula oitenta e três por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-5 e 17,50% (dezessete vírgula cinquenta por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-3, do grupo de atividades de função de confiança, até o total de 100%, incluindo percentual já agregado pela Resolução nº 1083/1991, de 28/05/1991, com eficácia financeira a contar de 1º de abril de 2012. Por ser ocupante da Função de Confiança de Assessoria Técnica-Administrativa - Apoio e Planejamento de Eventos, código PL/FC-2, deverá fazer opção, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Reno Caramori - Secretário
Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 223, de 25 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1947/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **MARIA HELENA TEIXEIRA DINIZ**, matrícula nº 1894, ocupante do cargo de Consultor Legislativo II, código PL/ASI-65, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 24,17% (vinte e quatro vírgula dezessete por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, em substituição a estabilização já conquistada com fulcro na Resolução nº 1562/1991 de 15/08/1991, limitando a 100%, com eficácia financeira a contar de 13 de fevereiro de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 224, de 25 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1698/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor **JAIR JOSÉ FARIAS**, matrícula nº 1688, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-53, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 0,67% (zero vírgula sessenta e sete por cento) da diferença do valor do vencimento de seu cargo efetivo e o vencimento do cargo em comissão, código PL/DAS-3 e 25,83% (vinte e cinco vírgula oitenta e três por cento), da diferença do valor do vencimento de seu cargo efetivo e o vencimento do cargo em comissão de Coordenador, código PL/DAS-6, do Grupo de Atividades de Direção e Assessoramento Superior; e 57,50% (cinquenta e sete vírgula cinquenta por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-3, do grupo de atividades de função de confiança, até o total de 100%, esclarecendo que já possui 80% agregado pelo Art. 90, podendo fazer opção de substituição, com eficácia financeira a contar de 1º de maio de 2012. Por ser ocupante da Função de Confiança de Assessoria Técnica-Parlamentar, código PL/FC-3, deverá fazer opção, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 225, de 25 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2445/2011,

RESOLVE: com fundamento no § 7º do art.1º da Resolução nº 009 de 31 de agosto de 2011, e nos termos da Resolução nº 012 de 22 de dezembro de 2009,

ADICIONAR aos vencimentos do servidor **BERNARDINO ROSALINO TEIXEIRA**, matrícula nº 1452, lotado na Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-44, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, **GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE** na proporção de **100% (cem por cento)** pela execução de atividade insalubre de grau médio, do valor do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, nível 30, do Grupo de Atividades de Nível Médio, a contar da data de sua aposentadoria.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 226, de 25 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2064/2011,

RESOLVE: com fundamento no § 7º do art.1º da Resolução nº 009 de 31 de agosto de 2011, e nos termos da Resolução nº 012 de 22 de dezembro de 2009,

ADICIONAR aos vencimentos do servidor **MOACIR SACENTI**, matrícula nº 0992, lotado na Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-48, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, **GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE** na proporção de **100% (cem por cento)** pela execução de atividade insalubre de grau médio, do valor do

cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, nível 30, do Grupo de Atividades de Nível Médio, a contar da data de sua aposentadoria.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 227, de 25 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2368/2011,

RESOLVE: com fundamento no § 7º do art.1º da Resolução nº 009 de 31 de agosto de 2011, e nos termos da Resolução nº 012 de 22 de dezembro de 2009,

ADICIONAR aos vencimentos da servidora **WALMA CORREA SANTA RITA**, matrícula nº 1353, lotada na Coordenadoria de Saúde e Assistência, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-64, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, **GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE** na proporção de 48,33% (quarenta e oito vírgula trinta e três por cento) pela execução de atividade insalubre de grau médio e 11,67% (onze vírgula sessenta e sete por cento) pela execução de atividade insalubre de grau mínimo, do valor do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, nível 30, do Grupo de Atividades de Nível Médio, a contar da data de sua aposentadoria.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 228, de 25 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 1881/2011,

RESOLVE: com fundamento no § 7º do art.1º da Resolução nº 009 de 31 de agosto de 2011, e nos termos da Resolução nº 012 de 22 de dezembro de 2009,

ADICIONAR aos vencimentos da servidora **MARIA DO ROCIO BARRETO DA SILVA**, matrícula nº 0323, lotada na Coordenadoria de Saúde e Assistência, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-68, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, **GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE** na proporção de **80% (oitenta por cento)** pela execução de atividade insalubre de grau médio, totalizando **100% (cem por cento)** do valor do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, nível 30, do Grupo de Atividades de Nível Médio, a contar da data de sua aposentadoria.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 229, de 25 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0625/2012,

RESOLVE: com fundamento no Art. 1º, § 19 da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003.

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária ao servidor **JOSÉ GARIBALDINO DE OLIVEIRA**, matrícula nº 1041, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-48, a contar de 25 de novembro de 2011.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 230, de 25 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0651/2012,

RESOLVE: com fundamento no Art. 2º § 5º da Emenda Constitucional nº 41/2003

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária ao servidor **DIÓGENES DOMINGOS GRIGOLO**, matrícula nº 1722, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-54, a contar de 03 de março de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 231, de 25 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 0734/2012,

RESOLVE: com fundamento no art. 77 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, com redação dada pelo art. 190, da Lei Complementar nº 381, de 2007

CONCEDER a servidora **REJANE MARI PALUDO**, matrícula nº 1418, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-64, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE INTERESSES PARTICULARES, por 06 (seis) anos, a partir de 02 de abril de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 232, de 25 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta dos processos relacionados,

RESOLVE: com fundamento no art. 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,

ATRIBUIR aos servidores abaixo relacionados, **ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**, no valor correspondente ao índice estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, conforme discriminado:

Nome do Servidor	Matr	Processo nº	Nível	Vigência
Patrícia Schneider de Amorim	6336	2590/11	Especialização	29/12/2011
Allan de Souza	6339	0645/12	Especialização	22/03/2012

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

EXTRATOS

EXTRATO Nº 046/2012

REFERENTE: 01º Termo Aditivo de 10/04/2012, referente ao Contrato CL nº 100/2011, celebrado em 15/12/2011.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Emcatour Viagens e Turismo Ltda.

OBJETO: Reajuste de 10% (dez por cento) sobre o valor original do contrato com vistas a permitir a remuneração das tarifas que serão pagas às companhias aéreas e terrestres sobre os serviços prestados aos passageiros (DU), a partir de 11 de maio de 2012.

VALOR GLOBAL: R\$ 3.850.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, §§1º e 5º Lei nº 8.666/93; Cláusula Quarta, item 4.2, do Contrato original; Autorização Administrativa.

Florianópolis, 23 de abril de 2012.

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

Arlete Mendes Ramos - Presidente

*** X X X ***

EXTRATO Nº 047/2012

REFERENTE: 01º Termo Aditivo de 16/04/2012, referente ao Contrato CL nº 101/2011, celebrado em 16/12/2011.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Construhab Construtora Ltda.

OBJETO: Alterar qualitativa e quantitativamente o objeto descrito na cláusula segunda do contrato e Anexo I do Edital de Pregão Presencial CL nº 050/2011.

VALOR GLOBAL: R\$ 15.923,25

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, I, alíneas "a" e "b" combinado com o § 1º, da Lei nº 8.666/93; Cláusula Quarta, item 4.2 do Contrato original; Autorização Administrativa

Florianópolis, 23 de abril de 2012.

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

José Wilson Alexandre- Sócio

*** X X X ***

EXTRATO Nº 048/2012

REFERENTE: 02º Termo Aditivo de 09/04/2012, referente ao Contrato CL nº 058/2011, celebrado em 05/09/2011.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: TPS Multimídia Ltda

OBJETO: Alterar o item 01 que faz parte da planilha constante na Cláusula Segunda do contrato original, acrescentando 28 (vinte e oito) minutos no "Programa Fala Jovem" cuja apresentação de cada edição passa de 28 (vinte e oito) para 56 (cinquenta e seis) minutos.

VALOR MENSAL: R\$ 133.375,00

VALOR GLOBAL: R\$ 1.600.500,00

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, § 1º, IV, da Lei nº 8.666/93; Art. 65, § 1º, da Lei 8.666/93; Item 4.1, da Cláusula Quarta do Contrato original; e, Autorização administrativa.

Florianópolis, 23 de abril de 2012.

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

Fernando Pereira Oliveira- Sócio

Joyce L. A. P. Oliveira- Sócio

*** X X X ***

EXTRATO Nº 049/2012

REFERENTE: 03º Termo Aditivo de 29/02/2012, referente ao Contrato CL nº 058/2011, celebrado em 05/09/2011.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Tecnoport Tecnologia em Portas e Portões Automáticas Ltda.

OBJETO: Tem por finalidade acrescentar ao contrato original serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo substituição e fornecimento de peças, em mais 04 (quatro) portas automáticas sociais deslizantes.

VALOR MENSAL: R\$ 5.170,00

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, I, "b" e § 1º combinados com os arts. 57, IV e 58, I, da Lei nº 8.666/93; Cláusula Quinta, item 5.3 do Contrato original; Autorização Administrativa.

Florianópolis, 23 de abril de 2012.

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

Leonardo Cardozo de Souza- Sócio Administrador

*** X X X ***

MENSAGEM GOVERNAMENTAL

ESTADO DE SANTA CATARINA**GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 564**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição Estadual, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi vetar totalmente o autógrafo do Projeto de Lei que "Dispõe sobre a obrigatoriedade da fixação de adesivos nos veículos de transportes coletivos com a frase que menciona, e adota outras providências", por ser inconstitucional.

O parecer da Procuradoria-Geral do Estado, o qual acato e permito-me incluir como parte integrante desta Mensagem, fornece os elementos justificadores do veto.

Florianópolis, 16 de abril de 2012

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 19/04/12

PARECER: PAR 0099/12

PROCESSO: PGE 1481/2012

ORIGEM: SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

EMENTA: ANÁLISE DO AUTÓGRAFO, APROVADO PELA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, DE ORIGEM PARLAMENTAR QUE "DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA FIXAÇÃO DE ADESIVOS NOS VEÍCULOS DE TRANSPORTE COLETIVOS COM A FRASE QUE MENCIONA, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS". INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL DO PROJETO DE LEI. MATÉRIA REFERENTE AO TRÂNSITO. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONSTITUCIONAL E EXCLUSIVA DA UNIÃO.

Senhor Procurador Chefe da Consultoria Jurídica,

O Senhor Secretário de Estado da Casa Civil solicitou à Procuradoria Geral do Estado o exame e a manifestação a respeito da matéria tratada no Autógrafo, aprovado pela Assembleia Legislativa, de origem parlamentar, que "**Dispõe sobre a obrigatoriedade da fixação de adesivos nos veículos de transportes coletivos com a frase que menciona, e adota outras providências.**"

O projeto de lei foi aprovado pela Assembleia Legislativa e encaminhado ao Senhor Governador do Estado para atender ao disposto no § 1º, do art. 54, da Constituição do Estado:

"Art. 54 - Concluída a votação e aprovado o projeto de lei, a Assembleia Legislativa o encaminhará ao Governador do Estado para sanção.

§ 1º - Se o Governador do Estado considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará dentro de quarenta e oito horas ao Presidente da Assembleia os motivos do veto."

A proposição, ora analisada, determina aos auto-ônibus e utilitários usados no transporte urbano e suburbano de passageiros, em serviços nos municípios do Estado, a obrigação de portar um adesivo na parte inferior do vidro traseiro com a seguinte inscrição: "Disque 181 - DENUNCIE TODO ATO CRIMINOSO - SIGILO ABSOLUTO; DISQUE 190 - EMERGÊNCIA - ATENDIMENTO 24 HORAS; DISQUE 193 - BOMBEIROS - ATENDIMENTO 24 HORAS" (art.1º), no prazo de um ano (art.2º), sob pena de aplicação de multa no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

O projeto de Lei também prevê que os valores resultantes da aplicação da multa serão recolhidos ao Fundo para Melhoria da Segurança Pública, fixando o prazo de 90 (noventa) dias para o Chefe do Poder Executivo regulamentar a lei (art.4º).

Ao tratar de fixação de adesivo em vidro de veículo de transporte coletivo, o texto em análise corresponde sem dúvida à matéria relacionada a trânsito, cuja competência legislativa constitucional é privativa da União (art. 22, inc. XI, da Constituição Federal).

Tanto é privativo da União que o legislador federal, ao editar o Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997), já regulamentou o uso das áreas envidraçadas dos veículos, por questão de segurança:

Art. 111. É vedado, nas áreas envidraçadas do veículo:

I - (VETADO)

II - o uso de cortinas, persianas fechadas ou similares nos veículos em movimento, salvo nos que possuam espelhos retrovisores em ambos os lados.

III - aposição de inscrições, películas refletivas ou não, painéis decorativos ou pinturas, quando comprometer a segurança do veículo, na forma de regulamentação do CONTRAN. (Incluído pela Lei nº 9.602, de 1998)

Parágrafo único. É proibido o uso de inscrição de caráter publicitário ou qualquer outra que possa desviar a atenção dos condutores em toda a extensão do pára-brisa e da traseira dos veículos, salvo se não colocar em risco a segurança do trânsito."

O citado dispositivo legal traz as regras para a utilização dos espaços envidraçados dos veículos, com fundamento na competência legislativa constitucional da União, em matéria de trânsito.

Cumprido dizer que, na hipótese do Estado de Santa Catarina editar lei regulamentando também o uso dos vidros dos veículos, a inconstitucionalidade será flagrante, eis que não está autorizado a editar normas já consolidada no Código Brasileiro de Trânsito.

Assim, com fundamento no dispositivo no art. 22, inc. XI, da Carta Federal, recomenda-se o veto ao Autógrafo do Projeto de Lei nº 059/2011, nos termos do art. 54, § 1º, da Constituição Estadual.

Estas são as considerações de ordem jurídica que submeto a deliberação de Vossa Excelência.

Florianópolis, 10 de abril de 2012.

Ana Cláudia Allet Aguiar
Procuradora do Estado

PROCESSO: PGE 1481/2012

ORIGEM: Secretaria do Estado da Casa Civil

EMENTA: Análise de Autógrafo, aprovado Pela Assembleia Legislativa, de origem parlamentar que "Dispõe sobre a obrigatoriedade da fixação de adesivos nos veículos de transportes coletivos com a frase que menciona, e adota outras providências". Inconstitucionalidade material do projeto de lei. Matéria referente ao trânsito. Competência legislativa constitucional e exclusiva da União.

Senhor Procurador-Geral do Estado,

De acordo com a manifestação da Procuradora do Estado Ana Claudia Allet Aguiar às fls. 04 a 06.

À vossa consideração.

Florianópolis, 10 de abril de 2012.

Loreno Weissheimer

Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica

ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

PGE 1481/2012

Assunto: Autógrafo Projeto de Lei n. 059/2011 - Dispõe sobre a obrigatoriedade da fixação de adesivos nos veículos de transportes coletivos com a frase que menciona, e adota outras providências.

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil.

DESPACHO

01. Acolho o **Parecer** n.99/12 (fls. 04/06), da lavra da Procuradora do Estado Dra. Ana Cláudia Allet Aguiar, referendado à fl. 07 pelo Dr. Loreno Weissheimer, Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica, recomendando aposição de veto.

02. Acrescento que a norma em questão viola o **princípio constitucional da razoabilidade das leis**, expresso na cláusula do devido processo legal em sentido substantivo (**CF, art. 5º, inc LIV**), porquanto impõe ao particular, concessionário de serviço público municipal, realizar gratuitamente propaganda oficial de responsabilidade do poder público, sem previsão no contrato de concessão.

03. Encaminhe-se à Secretaria de Estado da Casa Civil.

04. Após, arquive-se.

Florianópolis, 18 de abril de 2012.

JOÃO DOS PASSOS MARTINS NETO

Procurador-Geral do Estado

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI N. 059/2011

Dispõe sobre a obrigatoriedade da fixação de adesivos nos veículos de transportes coletivos com a frase que menciona, e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica determinado que os auto-ônibus e utilitários usados no transporte urbano e suburbano de passageiros, em serviço nos municípios do Estado, portarão um adesivo na parte inferior do vidro traseiro com a seguinte inscrição: "DISQUE 181 - DENUNCIE TODO ATO CRIMINOSO - SIGILO ABSOLUTO; DISQUE 190 - EMERGÊNCIA - ATENDIMENTO 24 HORAS; DISQUE 193 - BOMBEIROS - ATENDIMENTO 24 HORAS".

Art. 2º O adesivo referido no artigo anterior será colocado na parte interna do vidro, no prazo de 1 (um) ano, contado da vigência desta Lei.

Art. 3º O descumprimento do disposto na presente Lei implicará na imposição de multa no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), aplicados em dobro no caso de reincidência.

Parágrafo único. Os valores resultantes da aplicação da multa prevista no *caput* deste artigo serão recolhidos ao Fundo para Melhoria da Segurança Pública, subordinado à Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Art. 4º O Chefe do Poder Executivo estadual regulamentará a presente Lei, no que couber, no prazo de até 90 (noventa) dias.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, de março de 2012

Deputado Gelson Merisio - Presidente

Deputado Jailson Lima - 1º Secretário

Deputada Ana Paula Lima - 4º Secretário

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 058/12

Joinville, 03 de abril de 2012

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Associação de Casa do Adulto as Crianças e Adolescentes com Cancer**, de Joinville, referente ao exercício de 2011.

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 24/04/12

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 059/12

Araquari, 17 de abril de 2012

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Complexo Assistencial Maria de Nazareth**, de Araquari, referente ao exercício de 2011.

Valério Walber

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 24/04/12

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 060/12

Of. 016/12 Balneário Camboriú, 10 de abril de 2012
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Associação de Apoio às Famílias de Deficientes Físicos**, de Balneário Camboriú, referente ao exercício de 2011.

Atalvio Vacari
Presidente AFADEFI

Lido no Expediente
Sessão de 24/04/12

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 061/12

Of. 034/12 São José, 12 de abril de 2012
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São José - APAE**, de São José, referente ao exercício de 2011.

Amélia Inácia Medeiros Ludwig
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 24/04/12

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 062/12

Joinville, 19 de abril de 2012
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Associação Beneficente Bakhita**, de Joinville, referente ao exercício de 2011.

Maria José Marcatto
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 24/04/12

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 063/12

Of. 07/12 Nova Erechim, 16 de abril de 2012
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Fundação Médico Assistencial do Trabalhador Rural**, de Nova Erechim, referente ao exercício de 2011.

Argemiro Missio
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 24/04/12

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 064/12

Of. 05/12 Ipumirim, 17 de abril de 2012
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE**, de Ipumirim, referente ao exercício de 2011.

Gilmar Briff
Presidente da APAE

Lido no Expediente
Sessão de 24/04/12

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 065/12

Of. 05/12 Trombudo Central, 01 de março de 2012
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE**, de Trombudo Central, referente ao exercício de 2011.

Maria da Graça Bertaco Cristofolini
Presidente da APAE

Lido no Expediente
Sessão de 24/04/12

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 066/12

São José, 27 de março de 2012
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Grupo de Voluntárias do Hospital Municipal**, de São José, referente ao exercício de 2011.

Rosemari da Silva
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 25/04/12

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 067/12

Of. nº 008/2012 Orleans, 19 de abril de 2012
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Centro de Educação Infantil Sta. Rita de Cássia**, de Orleans, referente ao exercício de 2011.

Maria Helena Durante Croceta
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 25/04/12

*** X X X ***

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Ofício CFT nº 65/2012 Florianópolis, 16 de abril de 2012

Excelentíssimo Senhor
Deputado Gelson Merísio
Presidente da Assembleia Legislativa
Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminhamos a Vossa Excelência os nomes dos Deputados que representarão seus partidos, na Comissão Coordenadora que dirigirá os trabalhos das Audiências Públicas Regionais, conforme calendário aprovado por esta Comissão:

- Deputado Valmir Comin - PP
- Deputado Aldo Schneider - PMDB
- Deputado Sargento Amauri Soares - PDT
- Deputado Neodi Saretta - PT
- Deputado Gilmar Knaesel - PSDB
- Deputado Darci de Matos - PSD
- Deputada Angela Albino - PC do B
- Deputado Narcizo Parisotto - PTB
- Deputado Altair Guidi - PPS

Atenciosamente,

Deputado Marcos Vieira

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 760, de 25 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art.154, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONSTITUIR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, formada pelos servidores abaixo relacionados, todos do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, para, no prazo de 30 (trinta) dias, sob a presidência do primeiro, apurar os fatos descritos no Ofício nº 087/12 de 19 de abril de 2012.

MATR	NOME DO SERVIDOR	CARGO	FUNÇÃO
2169	Sinara Lucia Valar Dal Grande	Analista Legislativo	Presidente
0873	João Pacheco dos Reis	Técnico Legislativo	Membros
1609	Nádia Makhoul Neves	Analista Legislativo	

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 761, de 25 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **FABIO AUGUSTO HACHMANN**, matrícula nº 4005, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 18 de abril de 2012 (Gab Dep Luiz Eduardo Cherem).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 762, de 25 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
JANE LUCIA DUARTE RAMOS	3481	3%	12%	08/04/12	0835/12
LIDO JOSE BORSUK	4913	3%	3%	10/04/12	0836/12
ANTONIO CARLOS CENZI PIMENTEL	4074	3%	9%	05/04/12	0837/12
PEDRO PAULO BENTO CARVALHO GONCALVES	4921	3%	6%	01/04/12	0838/12
JOELCIO RIBEIRO DOS SANTOS	6063	3%	3%	16/04/12	0869/12

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 763, de 25 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
RODRIGO VIVAN FORTES	6051	3%	3%	01/04/12	0794/12
VICENTE FRANCISCO FERNANDES	6059	3%	3%	01/04/12	0795/12
CLAUDIA ARNS	5313	3%	3%	03/04/12	0796/12
CLESIO HENRIQUE FRANZOI	5612	3%	18%	03/04/12	0797/12
ANA MARIA ALANO	4961	3%	6%	11/04/12	0834/12

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 764, de 25 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
EDNA MARIA BASTOS	4938	3%	6%	01/04/12	0789/12
JOAO LUIS SPADOTTO	6052	3%	3%	01/04/12	0790/12
KELLIN BORGES	6065	3%	3%	01/04/12	0791/12
MIRELLE GRABOSKI DOS PASSOS	6066	3%	3%	01/04/12	0792/12
MIRTES MARIA MAESTRI	6060	3%	3%	01/04/12	0793/12

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 765, de 25 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
LINETE BRAZ MARTINS	2604	3%	18%	14/03/12	0696/12
ALBA LUCIA FONTES PIAZZA	4210	3%	9%	17/03/12	0697/12
ARLINDO KLEBER CORREIA	3136	21%	21%	02/04/12	0763/12
GILBERTO HELFENSTEIN LUIZ	1930	3%	33%	01/04/12	0765/12
JOSE MAURICIO CORDEIRO	1933	3%	33%	02/04/12	0788/12

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 766, de 25 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
FABIO AUGUSTO HACHMANN	4005	3%	9%	26/02/12	0525/12
MARLI CHIOSSI	4226	3%	9%	01/03/12	0528/12
NILVO DORINI	6024	3%	3%	01/03/12	0530/12
JORANDI ZONTA	6039	3%	3%	01/03/12	0531/12
EDESIO CIRILO PEREIRA	5923	3%	3%	05/03/12	0534/12

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 767, de 25 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
VERA PATRICIA GARCIA	6013	3%	3%	01/02/12	0311/12
PAULO ROBERTO DA SILVA	5567	3%	9%	24/02/12	0432/12

VALENTIN COLODEL	JURDINES	3775	9%	9%	27/02/12	0470/12
CRISTIANE HEBERLE		4852	3%	6%	01/03/12	0471/12
DANIELLE DI DOMENICO		4847	3%	6%	01/03/12	0472/12

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 768, de 25 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1249/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento do servidor **ODAIR JOSE DEMARCO**, matrícula nº 5807, quota de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidente sobre os respectivos vencimentos, no percentual de 3% (três por cento), totalizando 6% (seis por cento), a contar de 17 de outubro de 2011.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 769, de 25 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0526/2012,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento do servidor **EVERTON LUIZ DE MATTOS RIBEIRO**, matrícula nº 4178, quota(s) de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, no percentual de 3% (três por cento), totalizando 9% (nove por cento), a contar de 01 de março de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 770, de 25 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0544/2012,

RESOLVE: com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

CONCEDER a servidora **AIDA CUNHA DE OLIVEIRA**, matrícula nº 2126, **LICENÇA-PRÊMIO** referente ao quinquênio compreendido entre 01 de março de 2007 a 29 de fevereiro de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 152/12

Dispõe sobre a compensação de dívida da Fazenda Pública decorrente de Certidão de URH pendente de pagamento com crédito tributário e estabelece outras providências.

Art. 1º Fica autorizada a compensação de crédito tributário vencido ou vincendo com débito da Fazenda Pública do Estado de Santa Catarina, decorrente de Certidão de URH (Unidade Referencial de Honorários) pendente de pagamento.

Art. 2º A compensação de que trata esta Lei é condicionada a que, cumulativamente:

I - a Certidão de URH:

a) tenha sido expedida na forma do art. 20 da Lei Complementar nº 155, de 15 de abril de 1997;

b) tenha sido apresentada à OAB/SC para fins de pagamento;
c) que ainda não tenha sido quitada; e
d) que não esteja prescrita.

II - o crédito tributário a ser compensado:

a) tenha crédito tributário vencido ou vincendo;

b) não seja objeto, na esfera administrativa ou judicial, de qualquer impugnação ou recurso, ou, em sendo, que haja a expressa renúncia;

c) que não esteja parcelado; e

d) seja liquidado integralmente pela Certidão de URH apresentada.

§ 1º A cessão do direito sobre a Certidão de URH deverá ser comunicada à OAB/SC e à Procuradoria-Geral do Estado.

§ 2º Para a compensação do crédito tributário, o interessado poderá utilizar mais de uma Certidão de URH, se o seu valor individual não alcançar o total dos créditos tributários.

§ 3º Subsistindo saldo credor de Certidão de URH, o valor remanescente permanece sujeito às regras comuns, previstas na legislação para o crédito preexistente, conforme o caso.

Art. 3º A compensação de que trata esta Lei:

I - importa no reconhecimento irretratável da dívida e expressa renúncia a qualquer defesa ou recursos administrativo, bem como desistência dos já interpostos; e

II - aplica-se a débito da Fazenda Pública do Estado em poder do titular da Certidão de URH, sucessor ou cessionário, a qualquer título.

§ 1º A iniciativa para a realização da compensação suspende a exigibilidade do crédito tributário, a fluência dos juros de mora e demais acréscimos legais.

§ 2º Em caso de indeferimento do pedido de compensação de que trata o parágrafo anterior, aplica-se ao crédito tributário objeto do pedido, o tratamento regular previsto na legislação vigente.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados de sua publicação.

Art. 5º A Procuradoria-Geral do Estado poderá baixar normas complementares concernentes à competência para processamento e julgamento de processos de compensação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 2011.

Deputado Dóia Guglielmi

Lido no Expediente

Sessão de 24/04/12

JUSTIFICATIVA

Em nosso Estado, a Defensoria Pública é exercida através da Defensoria Dativa da seção Catarinense da Ordem dos Advogados do Brasil, que credencia advogados dativos para a atuação na defesa dos necessitados em processos judiciais.

Dados demonstram que estão inscritos para atuar na Assistência Judiciária/Defensoria Dativa no Estado de Santa Catarina, pouco mais de 6.000 (seis mil) advogados, espalhados pelas 113 (cento e treze) comarcas.

Não obstante as críticas que se tem feito quanto à atuação da Defensoria Pública, fato é que o modelo catarinense tem atendido de forma eficiente parcela significativa da população do Estado.

A remuneração do Assistente Judiciário e do Defensor Dativo é fixada na forma estabelecida pela Lei Complementar nº 155, de 15 de abril de 1997, com base na Tabela de Honorários Advocáticos da OAB/SC, em URH's (Unidade Referencial de Honorários).

Ocorre que o número de URH's devidas pelo Estado aos advogados catarinenses é elevado, revelando-se essa uma das principais deficiências da Defensoria Pública no Estado de Santa Catarina.

Os honorários são a forma justa de remuneração do advogado por defender os interesses do seu cliente. O não-pagamento da remuneração do advogado ou o seu retardamento, quando age como assistente judiciário gratuito, não só é injusta para este, que não vê recompensado seu labor, como para a parte beneficiada, que pode não ter seus interesses defendidos com o mesmo empenho empregado pelo patrono da parte adversa, que possua condições para bem remunerá-lo.

A proposta que ora se apresenta, Senhores Deputados, tem o condão de corrigir, senão ao menos amenizar, uma injustiça histórica do Estado para com os advogados catarinenses que a muito tempo disponibilizaram seus nomes para atuarem na Defensoria Dativa da seção Catarinense da Ordem dos Advogados do Brasil, proporcionando a compensação de dívida da Fazenda Pública decorrente de Certidão de URH pendente de pagamento com crédito tributário vencidos ou vincendos.

Assim, tendo em vista o profundo senso de justiça social e a necessidade inadiável de corrigir tais distorções históricas, conto com a compreensão e apoio dos nobres parlamentares desta Casa para a rápida aprovação deste Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 153/12

Altera a alínea "b" do inciso III do art. 19 da Lei nº 10.297, de 1996, que Dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e adota outras providências.

Art. 1º A alínea "b" do inciso III do art. 19 da Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1
III -
b) operações com energia elétrica destinada a produtor rural e cooperativas rurais redistribuidoras;"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Dóia Guglielmi

Lido no Expediente
Sessão de 24/04/12

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei altera a alínea "b" do inciso III do art. 19 da Lei nº 10.297, de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e adota outras providências.

O meio rural necessita, por vários motivos, receber incentivos concretos e imediatos para que o homem do campo nele permaneça e tenha condições de continuar desenvolvendo suas atividades em níveis satisfatórios.

Assim, deve o Estado incentivar e promover a redução de custos incidentes sobre essa importante atividade, possibilitando o incremento da aplicação desses recursos no próprio meio rural catarinense.

O incremento da agricultura no Estado de Santa Catarina representa a grande possibilidade de se manter no campo, famílias de agricultores que, ao deixarem sua atividade rural por inexistência de meios, logo passam a engrossar as fileiras de desempregados nas periferias dos centros urbanos.

No âmbito catarinense, foram adotadas alíquotas diferenciadas para a incidência do ICMS, estabelecendo-se o índice de 17% (dezessete por cento) como alíquota geral, o de 25% (vinte e cinco por cento) como alíquota máxima e o de 12% (doze por cento) como alíquota mínima.

No que tange à energia elétrica, fixou-se que a regra geral é a de que o imposto seja cobrado à razão de vinte e cinco por cento. As exceções estão elencadas no inciso III do art. 19 da Lei nº 10.297/1996, alíneas a e b.

Atualmente, o critério adotado pelo Estado para a incidência do ICMS, especificamente em relação às operações com energia elétrica destinada a produtor rural, mostra-se absolutamente incoerente, porquanto mais nenhum produtor rural opera com energia elétrica abaixo dos 500kw mensais.

Considerando que a energia é produto essencial, propomos a fixação da alíquota mínima de 12% para todos os produtores rurais.

Trata-se de medida que busca fortalecer a atividade rural, concedendo melhores meios para aqueles produtores, em suas atividades no campo.

Com base em tais argumentos é que submeto aos meus pares a presente proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 154/12

Reconhece o município de São Bento do Sul como pioneiro no pagamento de serviços ambientais.

Art. 1º Fica reconhecido o município de São Bento do Sul como pioneiro no pagamento de serviços ambientais.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões
Deputado Silvio Dreveck

Lido no Expediente
Sessão de 24/04/12

JUSTIFICATIVA

O município de São Bento do Sul evidencia-se pelas ações desenvolvidas de forma integral e participativa, direta e indiretamente pelo poder público municipal, seus parceiros e a sociedade civil, nas práticas socioambientais, conforme publicação anexa.

As ações ambientais são contínuas com a trajetória histórica e de sucesso da criação do Consórcio Intermunicipal Quiriri, que

fortalece o relacionamento entre os municípios regionais favorecendo a qualidade de vida.

O conceito da sustentabilidade é uma nova cultura na produção de móveis no município de São Bento do Sul, em que as indústrias ajustam seus processos de produção para fabricar um móvel que, além de atender todos os requisitos de qualidade e bom gosto, é também ecologicamente correto.

Pelo exposto, solicitamos aos nobres Pares a aprovação do presente projeto de lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 155/12

Acrescenta § 3º, ao art. 31, da Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1996, que "dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e adota outras providências."

Art. 1º O art. 31, da Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do § 3º, com a seguinte redação:

"Art. 31...

...

§ 3º A apreciação do pedido de transferência de saldo credor acumulado deverá ser efetuado pela Administração Tributária no prazo máximo de noventa dias, prorrogável uma única vez, por igual período, fundamentadamente, desde que atendida a forma e requisitos previstos em regulamento."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Aldo Schneider

Lido no Expediente
Sessão de 24/04/12

JUSTIFICATIVA

Apresentamos à consideração dos eminentes Pares deste Parlamento proposta de adição de dispositivo na Lei Estadual peculiar ao ICMS. Com destaque a iniciativa visa acrescentar § 3º, ao art. 31, da Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1996, que "dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e adota outras providências."

O texto do art. 31 da Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1996, *in verbis*:

"Art. 31. Saldos credores acumulados por estabelecimentos que realizem operações e prestações de que tratam o art. 7º, inciso II, e seu parágrafo único, poderão, na proporção que estas saídas representem do total das saídas realizadas pelo estabelecimento, ser transferidos, na forma prevista em regulamento:

I - a qualquer estabelecimento do mesmo titular, neste Estado;

II - havendo saldo remanescente, a outros contribuintes deste Estado, mediante a emissão pela autoridade competente de documento que reconheça o crédito.

§ 1º Poderão ainda ser transferidos outros saldos credores acumulados, observando o disposto neste artigo e nas hipóteses prevista em regulamento.

§ 2º Consideram-se acumulados, para os fins deste artigo, os saldos credores decorrentes de manutenção expressamente autorizada de créditos fiscais relativos a operações ou prestações subseqüentes isentas ou não-tributadas e de diferimento."

Contudo, a inserção proposta, mediante o § 3º, garantirá prazo máximo para a Administração Tributária Estadual apreciar os pedidos de transferência de saldo credor acumulado.

Destarte, o prazo estabelecido de noventa dias, com a possibilidade de prorrogação por mais um período idêntico, vem ao encontro dos princípios inerentes à Administração pública, com destaque os da razoabilidade e da proporcionalidade.

De outro lado, a proposição cuida em resguardar as atribuições constitucionais do Poder Executivo enquanto prevê a necessidade de atendimento da forma e dos requisitos previstos em regulamento, o qual deverá ser operacionalizado pelo Governador do Estado nos termos das particularidades daquela esfera gestora dos recursos em tablado.

Então, a proposta tem o condão de aperfeiçoar a redação da matéria, não trazendo na prática qualquer reflexo jurídico na relação tributária mencionada.

Pelos motivos acima, solicitamos aos nobres Pares desta Casa o apoio para a aprovação deste projeto, que considero de grande importância para a população do Estado de Santa Catarina.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 156/12

Retifica a divisa entre os Municípios de Arabutã e Ipumirim.

Art. 1º Fica retificada a divisa entre os Municípios de Arabutã e Ipumirim.

Art. 2º Os Anexos I e VIII da Lei nº 13.993, de 20 de março de 2007, que estabelecem a divisa entre os Municípios de Arabutã e Ipumirim, passam a vigorar de conformidade com as alterações promovidas pelos Anexos I e II, respectivamente, desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em
Deputado Moacir Sopelsa

Lido no Expediente
Sessão de 25/04/12

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem o objetivo de retificar a divisa dos municípios de Ipumirim e Arabutã.

A alteração possui o condão de restabelecer condição histórica, inclusive a comunidade possui laços culturais e sociais com o município de Arabutã e encontra-se mais próxima da sede do município.

Desta forma conto com o apoio dos nobres Pares.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 157/12

Torna obrigatória a instalação de dispositivo de segurança através de Sensor de Presença e Alarme Sonoro nas agências bancárias do Estado de Santa Catarina, nas áreas de auto atendimento dos caixas eletrônicos a partir do encerramento de operação dos mesmos até a sua reabertura.

Art. 1º Torna obrigatória a instalação de dispositivo de segurança através de Sensor de Presença com detecção de pessoas pelo calor do corpo e Alarme Sonoro nas agências bancárias do Estado de Santa Catarina, nas áreas de auto atendimento dos caixas eletrônicos a partir do encerramento de operação dos mesmos até a sua reabertura.

Parágrafo único: Os estabelecimentos financeiros referidos no *caput* deste artigo compreendem bancos oficiais ou privados, sociedades de crédito, suas agências, subagências com auto atendimento dos caixas eletrônicos.

Art. 2º O sistema de segurança através de sensor de presença e alarme sonoro a que se refere o artigo anterior deverá, dentre outros, atender à seguinte característica técnica:

I - prover o sistema com alimentação de emergência capaz de mantê-lo operante durante o período em que o serviço de auto atendimento dos caixas eletrônicos estiverem fora de operação.

Art. 3º As instituições financeiras ficam obrigadas a manter o sistema de segurança através de sensor de presença e alarme sonoro, em condições técnicas e operacionais, que permitam o seu perfeito funcionamento e atendimento ao objetivo de inibir atividades criminosas ou contribuir para a rápida identificação de responsáveis por tais atos em estabelecimentos financeiros.

Art. 4º O sistema de alarme das instituições financeiras que trata o artigo 1º desta Lei deverá ser interligado à Central de Monitoramento Eletrônico da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina dando-se preferência à interligação com a Companhia de Polícia mais próxima da referida unidade.

Art. 5º O estabelecimento financeiro que infringir esta Lei ficará sujeito às seguintes penalidades:

I - advertência escrita em caso de atuado pela primeira vez, hipótese em que será modificado para regularizar a infração no prazo de até dez dias úteis;

II - multa em caso de atuação pela segunda vez ou em desobediência ao prazo de que trata o inciso anterior, hipótese em que será graduada de acordo com a gravidade da infração a vantagem auferida e a condição econômica do fornecedor, aplicada mediante procedimento administrativo em montante não inferior a R\$ 50.000,00 e não superior a 3.000.000,00 nos termos de que prevê o artigo 56 ao artigo 60 do capítulo VII do Código de Defesa do Consumidor - Lei nº 8.078 de setembro de 1990 e suas alterações posteriores;

III - interdição de 30 até 90 dias em caso de infração pela terceira até a quinta vez ou se após 30 dias úteis de aplicação da multa de que trata o inciso anterior ainda persistir a irregularidade, hipótese em que serão aplicadas de acordo com o que prevê o artigo 56 ao artigo 59 do capítulo VII do Código de Defesa do Consumidor - Lei nº 8.078 de 1990 e suas alterações posteriores.

§1º As sanções de que se trata este artigo serão aplicadas de acordo com os preceitos constitucionais, os dispositivos do Código de Defesa do Consumidor - Lei nº 8.078 de 1990 e do Decreto Federal

nº 2.181 de 20 de março de 1997 e suas alterações posteriores, além de outros dispositivos legais e infralegais aplicáveis em caso concreto.

Art. 6º A fiscalização da presente Lei ficará sob a responsabilidade do Ministério Público Estadual e dos órgãos de defesa do consumidor.

Art. 7º Os estabelecimentos financeiros de que trata esta Lei terão o prazo de 180 dias a contar de sua publicação para instalarem os equipamentos em suas unidades.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revolgam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões,
Manoel Mota
Deputado Estadual

Lido no Expediente
Sessão de 25/04/12

JUSTIFICACÃO

A proposição que ora apresento, nasce da necessidade de enfrentar a crise de segurança porque passam bancos e demais instituições financeiras de nosso estado. Nunca os catarinenses enfrentaram um número tão grande de assaltos e explosões de caixas eletrônicos que estão preocupando toda a população. Não é possível que o poder público fique omissivo ou indiferente diante das ações criminosas que vitimam pessoas em nossas cidades.

Atualmente, com o aumento expressivo dos crimes com a utilização de explosivos, especialmente para destruição de caixas eletrônicos visando o furto da moeda, faz-se necessária a adoção de novas medidas como a presente iniciativa.

Entendemos que as instituições financeiras têm grandes e importantes responsabilidades nesses casos e é por esta razão que estamos apresentando este projeto de lei.

Assim em última análise, o escopo da proposição é a segurança pública, com a criação de instrumentos legais para dificultar a prática criminosa, motivo pelo qual peço o apoio aos meus Pares para a aprovação do presente.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 158/12

Declara de utilidade pública a Associação Guaruaense de Amparo à Vida - AGUA, com sede no município de Guarujá do Sul.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Guaruaense de Amparo à Vida - AGUA, com sede no município de Guarujá do Sul.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em
Deputado Marcos Vieira

Lido no Expediente
Sessão de 25/04/12

JUSTIFICATIVA

A Associação Guaruaense de Amparo à Vida - AGUA, fundada em 16 de outubro de 1999, é uma associação civil, de direito privado, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, de caráter ambientalista e filantrópica.

Como associação ambientalista, tem como finalidades e objetivos principais: defender e proteger o meio ambiente e os recursos naturais, preservando áreas ecologicamente importantes, conversando a biodiversidade e estimulando a criação de unidades de conservação; estimular e desenvolver o pleno exercício da cidadania através da educação ambiental para melhorar a qualidade de vida da população; promover a assistência social beneficente; difundir atividades educativas e culturais, entre outros.

Desta forma, e pela natureza e caráter institucional da entidade recomendo o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente Projeto de Lei, reconhecendo sua utilidade pública para todos os fins de direito.

Por sua vez, a documentação acostada ao Projeto de Lei cumpre todas as exigências da legislação que regula o reconhecimento de utilidade pública da entidade, em especial a Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 159/12

Declara de utilidade pública a Associação de Bombeiros Comunitários de Urubici, com sede no município de Urubici.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Bombeiros Comunitários de Urubici, com sede no município de Urubici.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

Deputado Marcos Vieira

Lido no Expediente

Sessão de 25/04/12

JUSTIFICATIVA

A Associação de Bombeiros Comunitários de Urubici é uma associação civil sem fins lucrativos e não econômicos, com atuação junto ao corpo de bombeiros militar do Estado, tendo como objetivos principais: promover a participação da comunidade no corpo de bombeiros do Estado; apoiar as atividades do corpo de bombeiros do Estado na capacitação e preparação da comunidade; executar as ações que lhe forem confiadas pelas autoridades e órgãos locais de defesa civil; apoiar a execução das tarefas de prevenção contra sinistros, entre outros.

Desta forma e pela natureza e caráter institucional da entidade recomendo o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente Projeto de Lei, reconhecendo sua utilidade pública para todos os fins de direito.

Por sua vez, a documentação acostada ao Projeto de Lei cumpre todas as exigências da legislação que regula o reconhecimento de utilidade pública da entidade, em especial a Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 160/12

Dispõe sobre a isenção de pagamento de taxas para inscrição em processos seletivos de ingresso nos cursos das instituições estaduais de educação superior.

Art. 1º As instituições estaduais de educação superior adotarão critérios para isenção total e parcial do pagamento de taxas de inscrição nos processos seletivos de ingresso em seus cursos, de acordo com a carência socioeconômica dos candidatos.

Parágrafo único. Será assegurado isenção total do pagamento das taxas referidas no caput ao candidato que comprovar cumulativamente:

I - renda familiar per capita igual ou inferior a um salário mínimo e meio;

II - ter cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou como bolsista integral em escola da rede privada.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Dóia Guglielmi

Lido no Expediente

Sessão de 25/04/12

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei dispõe sobre a isenção de pagamento de taxas para inscrição em processos seletivos de ingresso nos cursos das instituições estaduais de educação superior.

O objetivo desta proposição é o de retirar mais uma barreira de acesso à educação superior de qualidade por parte dos estudantes originários das camadas de mais baixa renda da sociedade.

Com base em tais argumentos é que submeto aos meus pares a presente proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 012/12**

Altera o art. 2º da Lei Complementar nº 281, de 20 de janeiro de 2005.

Art. 1º O art. 2º da Lei Complementar nº 281, de 20 de janeiro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O Estado concederá bolsas de estudo e bolsas de pesquisa, para o pagamento total ou parcial das mensalidades dos alunos economicamente carentes, regularmente matriculados nos cursos de graduação, nas modalidades de ensino presencial e educação a distância, em cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC) ou por órgão oficial com competência delegada, das instituições de Ensino Superior referidas nos incisos I e II do art. 1º desta Lei Complementar, observando-se os seguintes critérios:

.....
VIII - o aluno de curso na modalidade de educação a distância, deverá residir no Estado de Santa Catarina e estar frequentando aula em Pólo de Apoio Presencial instalado em município catarinense, em curso que comprovadamente estiver autorizado seu funcionamento pelo Ministério da Educação (MEC) ou por órgão oficial com competência delegada.” (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Carlos Chiodini

Lido no Expediente

Sessão de 24/04/12

JUSTIFICATIVA

Trago à consideração deste Parlamento proposta de Lei Complementar que altera o “caput” do art. 2º, e acrescenta-lhe o inciso VIII, da Lei Complementar nº 281, de 20 de janeiro de 2005.

A modalidade de ensino à distância vem crescendo anualmente em todo o território nacional. No Brasil, aproximadamente 16% das matrículas no ensino superior já são de alunos desta modalidade. Se computados os cursos livres, tecnológicos, pós-graduação e outros afins, superam 2 milhões de brasileiros que se utilizam desta nova ferramenta educacional, sem contar os milhares que se formaram nos últimos anos utilizando-se da possibilidade da Ensino à Distância.

Em Santa Catarina, cursam atualmente na modalidade de educação à distância, apenas na graduação, aproximadamente trinta mil alunos. Cidadãos que residem e trabalham em nosso Estado. Estes cursos de Educação à Distância, devidamente autorizados pelo Ministério da Educação, possibilitam o acesso ao Ensino Superior nas várias regiões catarinenses.

O censo do ensino superior e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, o Enade, mostram que a educação à distância é o principal fenômeno de expansão e inclusão social com qualidade no ensino universitário. É o segmento com maior crescimento ao longo da última década, chegando já em 2010 com mais de 950 mil matriculados.

O modelo de aprendizado que leva em conta o auto-estudo, amparado por materiais didáticos bem elaborados e carga de leitura individual superior a maioria dos cursos presenciais tem se tornado diferencial aos alunos desta modalidade que tem ostentado bons níveis nos resultados do Enade de seus alunos.

O Estado de Santa Catarina, em especial, é uma referência nacional em pioneirismo e qualidade na educação a distância. Desde 1995 a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, atua por meio do Laboratório de Ensino à Distância, sendo precursora desse tema. A Unisul, com o campus UnisulVirtual, é líder nacional em educação on-line. O Centro Universitário Leonardo da Vinci, a Uniasselvi, popularmente conhecida no vale do Itajaí e com atuação, nesse caso, em todo o Estado e o Brasil, é líder em educação à distância baseada na oferta através de polos presenciais. E ainda podemos citar, com destaque, outras entidades que também atuam nessa modalidade, como a Furb, a Univali, a UNC, o Senai e o Senac.

O Estado conta com mais de 40 mil alunos matriculados no ensino à distância, aumentando para aproximadamente 100 mil, se contados também os matriculados nos cursos de pós-graduação, na modalidade à distância.

Por serem cursos regulares como quaisquer outros cursos de instituições presenciais e por tratarem-se de contribuintes catarinenses que trabalham, geram renda e ajudam a desenvolver nosso Estado, por Santa Catarina ter aprovado por unanimidade nesta casa e depois ter a sanção do então Governador Luiz Henrique da Silveira a Lei nº 14.963, de 3 de dezembro de 2009, que proíbe a discriminação dos alunos e Ensino à Distância, não existe qualquer sentido alijar estes cidadãos que tiverem comprovada carência em participar da distribuição dos recursos do artigo 170 da CE/89.

*** X X X ***